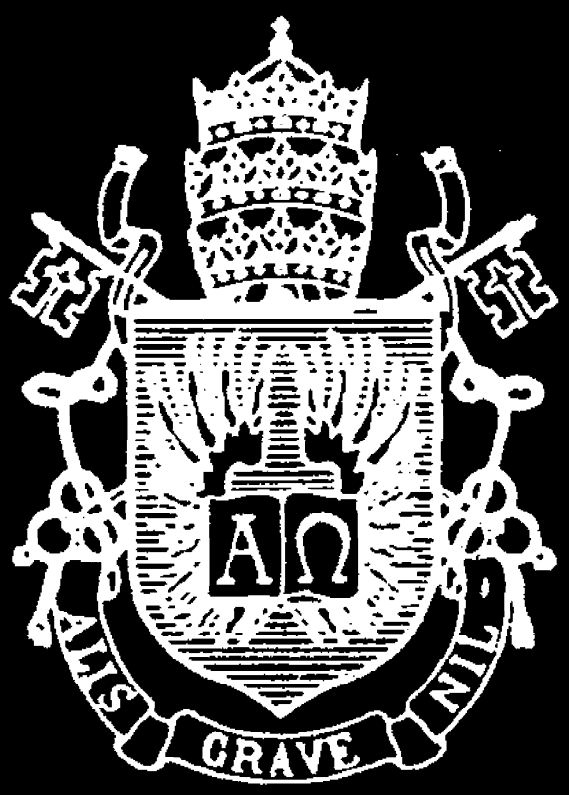

PUC

ANA KARINA MORAIS DE LIRA

O ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO INFANTIL ÀS CLASSES POPULARES: ESCUTANDO ALGUNS PROTAGONISTAS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO, 01 DE NOVEMBRO DE 1988

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 — CEP 22453

RIO DE JANEIRO — BRASIL

I.Chamada: 150 / L766 /TESE UC
Título: O atendimento psicoterapico infantil as
0 0 4 2 6 6 3
Ex 1-CENTRAL
2136

ANA KARINA MORAIS DE LIRA

O ATENDIMENTO PSICOTERÁPICO INFANTIL ÀS CLASSES POPULARES: ESCUTANDO ALGUNS PROTAGONISTAS

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RIO como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Anna Carolina Lo Bianco.

Departamento de Psicologia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1988.

L026794-1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
BIBLIOTECA
15/07/99
42663

T85
L368
TESE UC

AGRADECIMENTOS

"E aprendi que se depende sempre
de tanta muita diferente gente,
toda pessoa sempre é as marcas das
lições diárias de outras tantas
pessoas ..."

Gonzaga Júnior

É surpreendente como tal citação de Gonzaguinha traduz o que desejo aqui colocar. Penso que se adéqüa também aos trabalhos que realizamos na vida, pois eles são também "as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas". E mais interessante ficaria se pensássemos que à medida que desenvolvemos nossos trabalhos, amadurecemos. Não é recente a concepção de que pessoa e trabalho caminham em paralelo, o segundo construindo o primeiro e vice-versa. Minha experiência não contraria o dito. No momento próximo do final sinto que muitas foram as marcas que ficaram, e é para as tantas pessoas que comigo estiveram ao longo da jornada que agora me volto.

Anna Carolina, em um dos nossos muitos encontros fez uso do trecho "Camiñante, no hay camiño, se hace el camiño al andar", o qual ficou como um grande aprendizado. A sua orientação, amizade e incentivo serviram de grande apoio ao meu caminhar.

Sonia e Cida se fizeram presentes em muitos "sufocos", comigo repartindo as "trabalheiras", inclusive dos vários textos em língua estrangeira.

A minha mãe, mais uma vez, se colocou ao meu lado, emprestando o seu colo e transmitindo, em momentos significativos, a tranquilidade que me faltava.

Um momento importante foi o da minha mudança para Maringá, onde acabei por encontrar "tantas outras pessoas" que se fizeram significativas. Cristina foi um grande achado, transmitindo muita força sempre. O Departamento de Psicologia da UEM como um todo serviu como um grande impulso.

A ordem da apresentação não revela o grau de importância. Finalizo expressando minha gratidão àquelas mães que entrevistei na Rocinha, ao Departamento de Psicologia da PUC-RIO e a Alzira, sem a qual o trabalho não apresentaria esta forma.

RESUMO

Tomando a discussão sobre o atendimento psicoterápico às classes populares, o presente estudo investiga as representações que pais ou responsáveis por crianças que tenham estabelecido qualquer contato com este atendimento têm sobre ele, havendo sido o trabalho de campo desenvolvido na favela da Rocinha.

A análise das representações das informantes sugere que a psicoterapia infantil é concebida ora como podendo servir a objetivos similares àqueles da escola, ora como um tratamento alternativo àquele oferecido pela neurologia e apresenta alguns pontos que sendo estranhos às informantes, podem colocar-se em alguns casos como obstáculos ao desenvolvimento do processo.

SUMMARY

The present dissertation is a discussion on psychotherapy with children on the lowe-classes. It studies the representations parents or their substitute have of the whole process whenever they have any kind of contact with it.

The analysis of representations shows that child psychotherapy is conceived as either having similar objectives of school or an alternative treatment to that offered by neurology. It stresses that questions like how the process works and what is done to the child during the sessions remain absorlutely strange for those parents interviewed. It argues that such a lack of acquaintance with objectives and techniques of psychotherapy can become a serious hildrance to expected ourcomes.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO II - O DISCURSO CIENTÍFICO.....04

II.1 - INTRODUZINDO A QUESTÃO E APRESENTANDO A COMPLEXIDADE.....04

II.2 - A CONSIDERAÇÃO DE FATORES DE CLASSE SOCIAL....06

II.3 - DISCUTINDO A IMPORTÂNCIA DOS REFERENCIAIS.....11

II.4 - TENTATIVA DE EQUILÍBRIO NA ANÁLISE.....13

II.5 - ANALOGIAS PERTINENTES.....21

II.6 - REVENDO O PROBLEMA.....26

II.7 - PROPOSTA DO PRESENTE TRABALHO.....28

CAPÍTULO III - O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO.....30

III.1 - REPRESENTAÇÕES INDIVIDUAIS E REPRESENTAÇÕES COLETIVAS.....30

III.2 - A PARTE DE PSICOLOGIA SOCIAL - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....34

III.3 - CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS.....38

III.4 - RECURSO À SOCIOLOGIA E À ANTROPOLOGIA.....39

CAPÍTULO IV - ACERCA DO MÉTODO.....44

IV.1 - O TRABALHO DE CAMPO.....45

IV.2 - A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....47

IV.3 - RELATANDO O OCORRIDO.....49

CAPÍTULO V - APRESENTANDO E DISCUTINDO OS DADOS.....53

V.1 - SOBRE AS INFORMANTES.....53

V.2 - ACERCA DO REVELADO.....55

V.2.1 - VIAS E MOTIVOS DA PROCURA À CLÍNICA.....56

V.2.2 - RELAÇÃO ESCOLA X PSICOTERAPIA.....58

V.2.3 - RELAÇÃO NEUROLOGIA X PSICOTERAPIA.....61
V.2.4 - O DESCONHECIMENTO EM CAUSA.....64
V.2.5 - O ESTRANHAMENTO.....66
V.2.6 - DISCUTINDO AS DESISTÊNCIAS.....69
V.2.7 - RESUMINDO O ENCONTRADO.....71

VI - CONCLUSÃO.....73

VII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....75

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O interesse pelo presente tema foi despertado ainda na graduação, em uma experiência de estágio no Ambulatório de Psiquiatria Infantil da Universidade Federal de Pernambuco, onde eram atendidas crianças de uma população de baixa renda. No esforço para realizar o atendimento às crianças chegadas até lá encontramos um resultado pouco estimulante, o que nos conduziu à busca dos fatores que ali pudessem se fazer determinantes, estivessem eles restritos ou não ao aspecto sócio-econômico.

Na familiarização com o tema a partir do contato mais intenso com a produção científica a respeito, fomos percebendo que se alguns pontos se tornavam mais esclarecidos, outros tantos surgiam para intensificar os nossos questionamentos. De mais a mais, tal percurso, parece, veio certificar a nossa suposição de que isso faz parte do ofício do pesquisador. A "busca do saber" parece atuar, tal como a estratégia da snowball sampling descrita por Burgess, exatamente como uma bola de neve rolando montanha abaixo - quanto mais ela vai se aproximando do fim mais ela aumenta de tamanho. É esse o movimento das dúvidas e aí é que está o prazer: o "ir atrás", o estar sempre buscando e se conscientizando da importância do buscar mais. O paradoxal, é isso que estimula.

E nesses termos é que escolhemos o nosso ponto de vista (nos termos de Weber, 1982) e decidimos então investigar as representações que os pais das crianças atendidas têm a respeito da psicoterapia infantil. Era mister escutar alguns protagonistas. E assim fizemos. O resultado é o que apresentamos nos capítulos que vêm a seguir.

No capítulo II exploramos o discurso científico, comentando alguns estudos que apresentam a situação nos seus vários momentos. O conhecimento das várias posturas assumidas pelos ditos "donos do saber", aqueles que se colocam no lado da ciência, é importante para que o leitor se familiarize com o tema. E aí aproveitamos para apresentar o nosso problema.

No capítulo III discutimos o conceito de representação. Achamos imprescindível o conhecimento de tal fenômeno, tão discutido e utilizado no campo das Ciências Sociais, uma vez que nosso estudo pretendia lidar com ele e precisaria saber "com o que estava lidando".

No próximo passo, o capítulo IV expomos a questão do método, discutindo o trabalho de campo e a entrevista semi-estruturada e descrevendo o ocorrido, isto é, contando como se deu a etapa da pesquisa de campo.

No capítulo V exploramos o material, apresentando e discutindo as representações a que tivemos acesso e no capítulo VI, nada menos surpreendente, concluímos.

De tudo, o próprio fazer o estudo se mostrou bastante gratificante e proveitoso o que, se ele não tivesse uma importância enquanto podendo possibilitar um avanço na discussão sobre o atendimento psicoterápico às classes populares, já seria suficiente.

CAPÍTULO II

O DISCURSO CIENTÍFICO

II.1 - INTRODUZINDO A DISCUSSÃO E APRESENTANDO A COMPLEXIDADE

Aquecida na década de setenta, a discussão sobre o atendimento psicoterápico às classes populares atinge, na época atual, um grau de maturidade considerável, detendo uma grande atenção na área da saúde mental.

Apesar da psicologia clínica ser especialmente dirigida às elites, não é do desconhecimento dos profissionais desta área que nas classes populares são encontrados contingentes muito numerosos que demandam os seus serviços. Como mostraremos posteriormente, o que se constata, para o aumento da frustração daqueles que intentam um trabalho com essas classes, é que o auxílio proporcionado nos tratamentos é quase nulo, estando os atendimentos e as psicoterapias fadados a atingirem apenas uma parcela mínima dos resultados propostos.

Pesquisas em vários países têm apontado fatores que vêm denunciar os insucessos do atendimento destinado a uma população de baixa renda. Embasando-se em algumas dessas pesquisas, Figueiredo e Schvinger (1982) enumeram algumas dificuldades encontradas com freqüência no desempenho daquele trabalho. Nesse sentido, referem-se à diferença entre as características reais do cliente ideal; à diversidade dos fatores que concorrem para o problema apresentado; à distância psicocultural que existe entre terapeutas e clientes, aí incluída a formação do profissional com valores e atitudes próprias da classe social a que pertence; ao fato das dificuldades do cliente serem discutidas através de um vocabulário e quadro de referência conceitual que são distan-

tes do seu mundo como um todo; a existência de problemas de vida tão grandes que tornam difícil até mesmo a vinda do cliente à clínica; ao fato de que com maior freqüência essa população é atendida nas instituições por estagiários, profissionais iniciantes e paraprofissionais e ao alto índice de desistência nas fases iniciais do trabalho.

Pensamos que esse último ponto, antes de ser colocado como uma dificuldade, deveria ser entendido como um reflexo de uma ou de algumas dessas dificuldades. De fato, no momento em que se coloca como dado, a ocorrência do abandono ou da desistência ao atendimento, espelha um desajuste entre cliente e trabalho, ocasionando a interrupção do contato estabelecido, impedindo o desenvolvimento ou prosseguimento do tratamento proposto. Tal fator parece merecer uma atenção especial dos estudiosos, tendo a sua investigação assumido grandes proporções nos E.U.A. (Cf. Jones, 1974; Figueiredo et al, 1982). Um tanto ou quanto similar, um outro fator tem sido detectado e estudado aqui no Brasil, qual seja, a grande percentagem de clientes que não chega a receber um atendimento efetivo, incluindo-se aí aqueles que não comparecem para o atendimento, assim como os que o suspendem (Lopez, 1983b).

Sem dúvida, é complexa a análise dos vários aspectos envolvidos nessa questão. Como bem pontuam Figueiredo e Schvinger, (1982): "tudo indica que não há fator ou causa única, mas uma multiplicidade de fenômenos que contribuem para a desistência ou o insucesso" (Id. Ibid., p. 59). Perceber os determinantes que poderiam atuar nos vários momentos do processo psicoterápico não parece ser tarefa fácil nem quando se toma um desses momentos em separado para fins de investigação. Nesse sentido, pode-se constatar uma grande similaridade e interação entre os elementos que se colocam como subjacentes, a por exemplo, a entrada, o diagnóstico, a continuação e a saída da psicoterapia. A complexidade da análise parece ser ponto comum quando se toma como ob-

jeto a questão da psicoterapia e intensifica-se quando se acrescenta a esse estudo o fator classe social.

II.2 - A CONSIDERAÇÃO DE FATORES DE CLASSE SOCIAL

Procedendo a uma revisão crítica de pesquisas que consideram as implicações de fatores de classe social na psicoterapia, Jones (1974) evidencia aspectos importantes para a discussão. Dirigindo suas considerações para obras que tratam, entre outros assuntos, de contingências que governam a entrada e a permanência de indivíduos das classes populares na psicoterapia, o autor encontra na pesquisa da literatura indicações de que esse tipo de cliente é menos frequentemente aceito para tratamento e continua em terapia por um período curto de tempo em contraste com indivíduos de classe média. No contexto das pesquisas consultadas por esse autor, as evidências parecem indicar que a classe social dos indivíduos é importante para determinar se a eles será oferecido ou não o tratamento psicoterápico e possivelmente o nível de treino e experiência do terapeuta que irá acompanhá-los.

Na tentativa de explicar os critérios utilizados para a escolha de clientes, sugere-se que os psiquiatras tendem a selecionar "bons" pacientes, isto é, aqueles que possuem padrões intelectuais e sociais similares aos seus próprios (Hollingshead e Redlich, 1958, apud Jones, 1974), sendo apontada a importância da facilidade de comunicação e da possibilidade de se compartilhar do sistema de valores na determinação dos "bons" candidatos para psicoterapias (Rosenthal e Frank, 1958, apud Jones, 1974).

Constatações desse tipo dão origem a polêmicas bastante acirradas. Visivelmente insatisfeito com esse processo de seleção, Jones (1974) comenta que ele é a expressão da manifestação do aspecto discriminatório da vida social do indivíduo no

campo da doença mental e argumenta que a avaliação dos terapeutas sobre os clientes das classes populares, como não sendo "bons" pacientes, não poderia estar referida simplesmente às suas dificuldades em aceitar o sistema de valores dessas classes, ou em comunicar-se, ou empatizar com esses clientes. Ao invés disso, deveria estar referida a características específicas da personalidade dos clientes das classes populares.

Um outro ponto considerado por esse autor, dizendo ainda respeito à entrada do paciente na psicoterapia, refere-se ao diagnóstico e à avaliação com testes psicológicos e suas relações com fatores de classe social. Um grande número de investigações, pontua ele, tem descoberto significantes relações entre a severidade do diagnóstico e a aceitação para o tratamento, sugerindo que os clínicos visualizam os pacientes mais graves como os que põem mais riscos ao tratamento (Rosenthal e Frank, 1958; Bailey et al., 1959, apud Jones, 1974). Ainda numerosos estudos revisados por Luborsky et al. (1971, apud Jones, 1974) têm indicado que os mais sérios diagnósticos (envolvendo esquizofrenia, tendências psicóticas ou psicoses) são associados com menor progresso na psicoterapia. Sabe-se, comenta Jones (1974), que existe uma evidência de que o diagnóstico, particularmente por avaliação de testes psicológicos, está sujeito à influência da direção oblíqua do examinador, de tal maneira que pessoas das classes populares tendem a ser diagnosticadas como mais severamente doentes. Resultados de pesquisa sobre o papel de fatores de classe na avaliação do examinador do processo diagnóstico demonstram um claro viés desfavorável para a classe baixa em relação a três critérios: impressão diagnóstica, escore diagnóstico e escore prognóstico. Além disso, foi observada, ainda, uma tendência estatística significante dos psicólogos a preferirem um diagnóstico de desordem de caráter ou psicose para clientes das classes populares em oposição a um de normal ou neurótico para clientes de classe média. (Haase, 1964, apud Jones, 1974). Percebe-se assim a existência de um viés de classe discriminatório sobre

clientes de uma população de baixa renda nessa avaliação, o que, reflete Jones (1974), pode não ser o resultado de um preconceito, mas um reflexo da assunção básica de que a obtenção e manutenção dos padrões de classe média é, ela mesma, um critério para determinar melhor prognóstico e menor grau de patologia. Nesse sentido, Luborsky et al. (1971, apud Jones, 1974), refletindo sobre os fatores que influenciam na saída da psicoterapia, concluem que pessoas com mais altas realizações sociais se ajustam melhor a esse tratamento, porque pessoas que podem realizar-se em esferas que requerem capacidades sociais podem também fazê-lo na psicoterapia.

Com muita pertinência Jones (1974) aponta para uma curiosa circularidade desta linha de raciocínio. Os clientes de classe baixa são com menor freqüência vistos como bons pacientes, são diagnosticados menos esperançosamente, tendem a evocar menos respostas positivas dos terapeutas e provavelmente, como resultado desses e de outros fatores, são menos aceitos para o tratamento do que pessoas de classe média. Não surpreende, então, o fato de que no tratamento, o seu progresso seja menos diligente. Isto tudo parece soar suspeitosamente como a efetivação de uma profecia, comenta Jones, haja visto o fato de que poucos clínicos se mostram dispostos a assumir explícita e abertamente a posição de que a obtenção e manutenção de padrões de classe média é, ela própria um critério que determina melhores prognósticos e menor grau de patologia.

No que concerne à relação entre classe social e continuação na psicoterapia, a pesquisa da literatura confirma a suposição de que os clientes de classe baixa abandonam mais frequentemente a psicoterapia, o que ocorre geralmente depois de um curto período.

Adicionando a tal discussão a questão da saída da psicoterapia, parece haver uma crença de muitos clínicos

de que quanto mais longo o tratamento, quanto maior sua duração, mais favorável será a saída do cliente. Essa noção deriva de um modelo conceitual particular de psicoterapia que argumenta que a terapia é necessariamente uma relação prolongada, uma vez que para obter sucesso o cliente deve ter insights no que concerne à conexão entre suas queixas, seus problemas interpessoais passados e aqueles presentes.

Entretanto, enquanto a maioria da literatura sugere uma relação positiva entre duração e saída da terapia, avaliações detalhadas sobre a saída daqueles que interrompem o tratamento não têm sido extensivamente levadas a cabo. Os poucos estudos que têm examinado tal dado, que infelizmente não incluem os fatores sócios-econômicos como uma variável independente, têm encontrado que a relação entre a saída favorável e a duração do tratamento não é linear (Cartwright, 1955, Taylor, 1956 e Rosenthal e Frank, 1958, apud Jones, 1974). Considerando as reflexões e achados desses estudos, Jones (1974) sugere uma interpretação alternativa, questionando a possibilidade de os clientes de classe baixa, com freqüência, virem à psicoterapia primariamente com problemas situcionais, que seriam efetivamente resolvidos por terapias de curta duração. Argumentando que tais clientes não devem ter tempo, inclinação ou motivação para explorar problemas profundos de personalidade e que eles terminam a terapia satisfeitos pelo alívio de suas dificuldades, evidencia o fato de clientes das classes populares possuírem frequentemente problemas de realidade significantes, não tendo suficiente informação prática para solucioná-los, o que poderia justificar a favorabilidade de um breve contato. A redescoberta, pela psicologia comunitária, de relação entre saúde psicológica e exigências sociais e ambientais de habitação, emprego e criação de crianças, problemas que afetam em particular membros de comunidades de baixa renda, tornaria razoável tal conjectura.

Na realidade, parece haver uma imposição de um questionamento sobre a adequação dos sujeitos à psicoterapia em fun-

ção de suas características psico-sociais e de personalidade. Entretanto, se uma grande quantidade de achados das pesquisas em psicoterapia podem ser caracterizadas como especulações, sendo muitas vezes conflitantes, isto é particularmente verdadeiro para aqueles que se relacionam com essa área da personalidade. As dificuldades subjacentes, por exemplo, à questão do estudo da saída da psicoterapia, tais como as variações entre os estudos nos critérios de alta, nos tipos de terapia oferecidos, no treino e na competência dos terapeutas e às diferenças dos tipos de clientes tomados como sujeitos, podem ser estendidos para estudos que se propõem investigar a relação das características de personalidade e a saída da psicoterapia. (Jones, 1974).

Apesar de várias pesquisas postularem características tais como: motivação, inteligência, capacidade para experimentar vivências imediata e profundamente e alto nível de afetos disfóricos como necessárias ao cliente para que possa ter uma saída positiva (Luborsky et al. 1971, Garfield, 1971, Rogers et al., 1967, apud Jones 1974), há inexistência de estudos sistemáticos que considerem esses atributos psicológicos em relação à classe social. Ainda o fato de que nenhuma das suposições sobre características que possibilitam ao cliente a adequação à psicoterapia, estejam ou não relacionadas com a classe social, têm sido convincentemente validadas em estudos empíricos (Jones, 1974) vem reforçar a complexidade da questão.

De fato, com suporte empírico substancial, a única característica relacionada à classe social do cliente que tem sido vista como ligada ao processo psicoterápico e à alta e à expectativa do cliente sobre a psicoterapia (Jones, 1974). Os resultados parecem indicar que clientes das classes populares esperam que o terapeuta assuma um papel mais ativo e medicamente orientado, estando o grau de discrepância entre o esperado e o percebido na situação significativamente relacionado com a continuação

do tratamento. Uma pesquisa sobre esta questão se sobrepõe por investigar a alta, tanto quanto a continuação, e por aferir a natureza das expectativas do cliente de uma maneira mais profundamente diferenciada. Hipotetizando que a maioria dos pacientes das classes populares deveria esperar ajuda na forma de conselhos ativos, ação tranquilizadora e apoio em poucas sessões, antes do que em um tratamento dirigido pelo desenvolvimento da introspecção e do auto-conhecimento, os estudiosos observaram as relações dos pacientes quando lhes era dado tratamento congruente ou incongruente com as suas expectativas. Afora outras descobertas, uma questão importante encontrada neste estudo e que causou surpresa até aos estudiosos foi que 52% desses pacientes de classes populares desejavam a terapia orientada por insight. (Goin et al., 1959, apud Jones, 1974).

Tal constatação, assim como algumas outras anteriormente comentadas lançam a oportunidade de se refletir sobre a previsão que se faz da questão enquanto referida ao fator classe social. E é ainda Jones que evidencia a existência de descobertas que vêm se contrapor ao mito de que pacientes das classes populares não querem e não podem beneficiar-se da psicoterapia individual. Nesse sentido, coloca tanto o fato desses pacientes desejarem e serem beneficiados por um tratamento breve, orientado para a resolução de problemas, quanto aquele que mostra o desejo deles para a terapia orientada para o insight. As razões para o fato de efetivamente receberem poucos benefícios seriam mais uma função de atitudes dos terapeutas do que de sua própria "inadequação" para o tratamento.

II.3 - DISCUTINDO A IMPORTÂNCIA DOS REFERENCIAIS

Essa breve tentativa de visualizar alguns pontos problematizados por aqueles que se direcionam para a questão da psicoterapia com classes populares auxilia a percepção da complexi-

dade da questão. As dificuldades colocadas para o estudo de alguns aspectos, as críticas às descobertas realizadas com a desconsideração de alguns dados essenciais para as investigações, assim como a pressuposição de haver sido criado um mito em torno de alguns pontos da questão, surgindo em "defesa do cliente", impelem o olhar para a questão sob uma perspectiva globalizante.

Ao nosso ver podem ser definidos três referenciais no estudo da questão: o do cliente, o do terapeuta e o da psicoterapia enquanto tratamento. O primeiro deles impõe sua especificidade à medida que se toma como objeto uma população de baixa renda. Os dois últimos, aquele do terapeuta e o da psicoterapia enquanto tratamento, podem ser considerados a partir de dois ângulos: um primeiro que concebe-os como referenciais distintos, descontínuos, enquanto providos de particularidades que os caracterizam, um como condutor e participante do processo, e outro como processo com características próprias independentes do primeiro (sobrepujando-se as questões técnicas em detrimento daquelas relativas ao terapeuta enquanto pessoa); e um segundo, que os percebe como implicados entre si, contínuos, considerando que na sua formação o terapeuta necessariamente apreende aspectos implicados no processo psicoterápico, assimilando-os e, por outro lado, que tal processo é também determinado na sua forma por características da personalidade do terapeuta. Uma perspectiva globalizante, que vai se impondo à medida que a profundidade da discussão vai aumentando, parece ser essencial para a real compreensão do assunto.

Neste sentido, o posicionamento assumido por Jones (1974) na análise dos pontos considerados anteriormente merece ser destacado, uma vez que ao invés de se colocar apenas no referencial do terapeuta procura considerar também a perspectiva do cliente. Entretanto, existem outros posicionamentos que merecem ser destacados.

II.4 - TENTATIVA DE EQUILÍBRIO NA ANÁLISE

Basil Bernstein, baseado numa teoria sócio-linguística, estimulado pela questão das relações entre ordens simbólicas e estrutura social, fornece uma contribuição valiosa a este debate quando reflete sobre classe social, sistema de fala e psicoterapia (Bernstein, 1980). Examinando alguns aspectos da relação psicoterápica e contrapondo-os ao sistema de fala característico da classe trabalhadora[1], o autor argumenta que os membros dessa classe terão dificuldades para preencher as exigências daquela relação, em virtude não de deficiências inatas da inteligência, mas do seu sistema de fala, culturalmente induzido. Passíveis na sua socialização, com maior freqüência, a um tipo de interação verbal característico da utilização, pelos pais, de um meio de expressão marcado por apelos "orientados para o status e o poder", indivíduos da classe trabalhadora apreendem, segundo Bernstein, um "sistema de fala ou código restrito". Este código caracteriza-se entre outras coisas por não facilitar a elaboração verbal do significado, não auxiliar seu usuário a pôr em palavras suas intenções, propósitos, crenças e motivações, e ainda por sensibilizar aqueles que dele fazem uso para uma forma específica de relação social que é pouco ambígua, onde a autoridade, por ser clara e definida, serve como guia para a ação. Assim, proporciona a desadequação dos membros da classe trabalhadora às características próprias da relação psicoterápica, na qual o paciente é forçado a estruturar e reestruturar sua experiência descontínua de forma verbalmente significante e é o referente da comunicação, encontrado-se ainda numa posição de isolamento temporário em relação ao seu grupo social e tendo que lidar com uma forma de autoridade pouco clara (Bernstein, 1980).

---

1. Importante ressaltar que Bernstein fala de um contexto inglês, onde classe trabalhadora é sabidamente mais homogênea que, por exemplo, no contexto brasileiro.

As formulações teóricas de Bernstein sobre códigos lingüísticos, em virtude da sua coerência, tiveram uma grande ressonância desde o início da sua construção, havendo sido bastante utilizadas, entre outros, por educadores, e particularmente pelos adeptos da teoria da privação cultural.

Aflorando no final dos anos 50 nos EUA, a idéia da privação cultural, na tentativa de explicar o mau desempenho de crianças negras de guetos urbanos, argumentava que, em virtude de sua realidade com condições materiais cronicamente inadequadas, aquelas crianças apresentavam as mais variadas deficiências, tanto de natureza cognitiva quanto de ordem afetiva e emocional. Em consequência de um ambiente empobrecido em anos precoces e em função da pouca estimulação e carência de experiências cruciais para o desenvolvimento satisfatório dos seus processos, essas crianças necessitariam, segundo os adeptos daquela teoria, de uma "educação compensatória", o que foi largamente introduzido pelos programas de intervenção para a pré-escola (Bernstein, 1977)[2].

Pelo fato de tratar, entre outras coisas, de aspectos da socialização e sistemas de fala considerando estruturas sociais diversas, as formulações de Bernstein foram amplamente utilizadas por aqueles teóricos.

Por outro lado, uma série de críticas foram levantadas não só às idéias sobre privação cultural, mas também às construções teóricas que as embasaram. Uma importante contribuição nesse sentido, foi dada por William Labov que, em artigo publicado em 1969, analisou a abordagem vigente da linguagem e da inteligência das populações rotuladas "privadas verbalmente" e "pri-

---

2. Para um aprofundamento na teoria da privação cultural e acerca da utilização das formulações de Bernstein por aqueles teóricos ver Nicolai da Costa, 1981 e 1987.

vadas culturalmente", denunciando o desconhecimento dos psicólogos educacionais envolvidos com essas noções, tanto do que concernia à linguagem, quanto do que dizia respeito às crianças negras. Apontando a mitologia criada em torno da noção de "privação cultural", o autor afirmava o perigo de, em função desta, estar sendo desviada a atenção de defeitos reais do sistema educacional para defeitos imaginários das crianças. Falhavam neste sistema principalmente crianças da classe trabalhadora e das classes populares, ambas inseridas em guetos urbanos negros. Não apenas o sistema de classes sociais, mas principalmente o sistema de castas da sociedade americana estava em pauta naquela discussão, sugeria o autor. As crianças negras eram tidas como carentes de fatores favoráveis no seu ambiente familiar, fatores esses que habilitavam as crianças de classe média a se saírem bem na escola. Uma crítica considerável de Labov denuncia o fato de que, apesar de se deterem na interação da criança negra com sua mãe no lar e, não, na interação daquela com a sociedade branca, os defensores da teoria da "privação cultural" limitavam-se a perguntar às crianças como se dava a interação com os seus pais, havendo na literatura a respeito, muito pouca observação direta da interação verbal na casa da família negra. As situações de exame da criança negra, assimétricas em virtude de um confronto entre pessoas de castas (branco/negro) e idades (adulto/criança) distintas, não davam a ela segurança para qualquer resposta às questões realizadas, e o resultado por exemplo, respostas monossilábicas - era tomado como medida da capacidade verbal da criança, e não como uma defesa à situação hostil do exame. Argumentando a necessidade de técnicas diferentes para avaliar as crianças, especialmente no que concernia à capacidade verbal, Labov passa a inserir entre os entrevistadores pessoas negras e, numa segunda etapa, observa a linguagem do sujeito do exame numa conversa com um garoto do seu gueto com aproximadamente a mesma idade que a sua. Dessa forma, encontra resultados bem distintos dos vistos anteriormente e interpreta-os contrariando as formulações dos teóricos da privação cultural. Suas observa-

ções levaram à conclusão de que o conceito de privação verbal não tinha nenhuma base na realidade social. Como ele pontuava: "in fact, Negro children in the urban guettos receive a great deal of verbal stimulation, hear more well-formed sentences than middle class children, and participate fully in a highly verbal culture; they have the same basic vocabulary, possess the same capacity for conceptuál learning, and use the same logic as anyone else who learns to speak and understand English" (id. ibid., p. 22).

Labov, nesse mesmo artigo, critica Bernstein acerca do método utilizado nas suas pesquisas por haver tecido algumas considerações um tanto quanto tendenciosas, havendo influenciado muitos daqueles que faziam o trabalho em Educação. Importante se faz ressaltar que essas críticas haveriam sido consideradas por Bernstein, o qual teria, posteriormente, reformulado algumas das suas construções teóricas (Nicolaci da Costa, 1981).

Atribuindo às críticas referidas o seu devido valor, faz-se mister tentar expor a coerência de Bernstein quando refere-se à psicoterapia e ao sistema de fala da classe trabalhadora. É analisando as características da relação psicoterápica, assimétrica sim, em virtude das diferenças que se instalam entre terapeuta e cliente (papel, classe) e refletindo sobre os hiatos que se estabelecem por conta dessas características e um código linguístico que é mais frequente na classe trabalhadora, que esse autor observa aspectos que vêm a ser imprescindíveis a esta discussão.

Diante das suas considerações pode-se entender, por exemplo, o porque do paciente de classe trabalhadora beneficiar-se menos da terapia e interrompê-la precocemente e a tendência dos terapeutas a avaliarem estes indivíduos como não sendo "bons" pacientes, esta última já referida anteriormente. A questão parece residir não apenas na dúvida de se

existe, ou não, uma discriminação dos terapeutas para com as classes populares, mas numa desadequação entre a relação psicoterápica e os indivíduos daquela classe, em virtude da incompatibilidade entre o seu sistema de fala habitual e características inerentes àquela relação. Bernstein já previa que uma vez atendendo esses pacientes, os terapuetas tenderiam a considerar a relação pouco compensadora, em virtude da comunicação parecer inadequada e da ocorrência de um baixo índice de insights. Por seu lado, o paciente relutaria em transformar seus sentimentos pessoais em significados singulares e únicos, e ainda mais, poderia parecer negativo e passivo, forçando o terapeuta a assumir um papel mais dominante.

A tranformação de vivências pessoais em significados singulares e únicos, ou seja, a capacidade de reflexividade discutida por Bernstein parece similar ao que Luc Boltanski (1977) denomina de "exprit d' examen", que vem a ser a capacidade de instrospecção do indivíduo, estando ligada à educação escolar (no sentido de ser transmitida por aquela) e sendo incomum nas classes populares. As idéias desse autor serão um pouco mais exploradas adiante[3].

A questão da simetria/assimetria na situação psicoterápica foi ainda discutida por Lo Bianco (1981) quando, analisi

---

3. Não diretamente relacionadas com a questão da psicoterapia as idéias de Boltansky foram estendidas ao seu alcance por Lo Bianco (1981) e Ropa e Duarte (1985) que ganham relevância por deterem-se na reflexão sobre o atendimento psicológico às classes populares. Ainda em Figueira (1975) pode-se ter uma idéia da sua importância para a questão.

sando uma experiência de Higiene Mental Materno-Infantil realizada numa maternidade pública do Rio de janeiro, tentava demarcar algumas fronteiras dentro das quais se pode trabalhar com grupos sociais cujos padrões não são os mesmos dos daqueles que realizam o atendimento. Refletindo, a partir de sessões de grupos realizadas, sobre algumas dificuldades encontradas na aplicação daquele projeto, a autora aponta para a falta de entendimento, pelas gestantes, do objetivo dos terapeutas. Sendo visto como referido não à capacidade intelectual das gestantes (no sentido de não entenderem as sentenças enunciadas no grupo) mas à falta de compreensão do sentido da própria situação terapeutica, o problema foi relacionado, pela autora, entre outros fatores, à posição ocupada pela autoridade-coordenadora no grupo: "ao mesmo tempo que essa autoridade não se coloca de forma nítida, ela se faz patente quando a psicóloga é quem organiza os grupos, quem convoca as mulheres, quem determina data e horário, quem trabalha no hospital, etc. (Lo Bianco, 1981, p. 174).

Apoiando-se em alguns pressupostos de Bernstein, a autora considera que "provavelmente a falta de clareza na expressão da autoridade (...) contribui para a ambigüidade da relação e para o aumento da tensão". E aponta, tal como aquele teórico, uma lacuna entre fatores inerentes à situação psicoterápica e características dos indivíduos das classes populares: se na técnica psicanalítica (a que estavam referidos os coordenadores) a falta de clareza na expressão da autoridade é "um dos aspectos importantes na constituição do setting propício à fala objeto da intervenção do terapeuta, mudados o contexto e principalmente a população alvo, o efeito esperado parece não existir: as mulheres não expressam o que pensava-se que fossem suas ansiedades, preocupações e indagações" (id. ibid., p. 175).

A conclusão da autora, nessa análise, aponta um duplo desconhecimento, dos criadores e aplicadores de projetos similares, da realidade com que lidam, denunciando a adoção de um ponto de vista etnocêntrico e o desconhecimento da ineficácia das interpretações oferecidas diante dos problemas que emergem durante a interação com o grupo. Assim, as falhas deixam de se localizar nos programas, seus pressupostos ou temas interpretativos, para serem apontadas sempre nos pacientes.

Ainda uma disparidade é vista pela autora quando reflete sobre as concepções de família e infância utilizadas pelo projeto (emprestadas da Psicologia e Psiquiatria), que privilegiando a visão de um determinado grupo social, contribuem para que seja desconsiderado um estado da realidade das famílias sobre as quais se pretende intervir.

De fato, oposta ao etnocentrismo, uma visão relativista onde se admitem diferenças nas concepções de família, infância, maternidade, saúde etc., considerando-se os valores, modelos e definições de vida do grupo estudado, tem sido apontada como imprescindível quando se pretende investigar grupos sociais cujos padrões diferem dos daqueles que se propõem a investigação (Figueira, 1975; Lo Bianco, 1981; Ropa e Duarte, 1985; Nicolaci da Costa, 1987).

Já em 1969, Luc Boltansky, em estudo onde discute o nascimento e a difusão da puericultura, demonstra a importância do ethos e dos saberes próprios de cada classe, admitindo ser em função destes que os sujeitos sociais reinterpretam os saberes e regras que se difundem em uma sociedade hierarquizada. Os saberes e as práticas dos membros de todas as classes sociais estariam, em efeito, numa perpétua troca, sendo que as trocas realizadas no interior de todas as outras classes seriam resultantes

daquelas que se operam no alto da hierarquia social, ou seja, nas classes superiores, que detém o monopólio da invenção e da criação. A cada classe caberia um ritmo diferente, o que seria determinado pelo seu sistema de valores e seu conjunto de saberes e ainda pela distância social que a separa da classe superior. Aos sujeitos sociais colocar-se-ia, então, a exigência de um trabalho de reinterpretação e reinvenção dos saberes eruditos.

Apesar de admitir um modelo de difusão a partir de um esquema evolucionista, argumentando que as diferenças entre classes sociais são, por essência, diferenças quantitativas expressas em termos de mais ou menos (os modelos de pensamento e, a fortiori, dos saberes, circulando de cima para baixo e jamais ao contrário), Boltansky refere-se nas suas considerações a um saber próprio a cada classe, o que revela um possível reconhecimento da existência de diferenças reais qualitativas, ou, no mínimo uma certa lacuna no seu corpo teórico.

Frisando a importância de se encaminhar a discussão não por diferenças quantitativas (graus), mas qualitativas (tipos), Ropa e Duarte (1985) formulam uma objeção a Boltansky por exaltar o poder do sistema dominante em prejuízo da criatividade da classe trabalhadora, afirmando que "por mais perpassadas que estejam pela ideologia dominante, as classes trabalhadoras guardam (mesmo que a título de resistência) manifestações culturais próprias" (Ropa e Duarte, 1985, p. 181).

Num ensaio onde tecem considerações teóricas sobre o "atendimento psicológico" às classes trabalhadoras, esses autores defendem com muita pertinência a necessidade de ser verificada a existência de modelos alternativos para lidar com períodos de crise ou mal-estar "psíquico" na população, assim como a importância de ser repensada a suposta universalidade do saber psiquiátrico. Nesse sentido, acreditam que as investigações nesta

área deveriam partir, antes de tudo, de um estudo aprofundado das representações que essas classes têm sobre o sofrimento psíquico e as formas que encontram para lidar com ele (Ropa e Duarte, 1985).

De fato, diante de toda a relevância que hoje é dada às diferenças culturais entre classes sociais diversas, muitos estudiosos têm considerado, nas suas pesquisas, a importância dos padrões culturais específicos à classe social em que a população almejada se insere. Os estudos de Souza (1982) e Alves(1982) inseridos no campo da psiquiatria e Duarte (1986) na área antropológica, podem ser citados como exemplos apropriados desta nova tendência na área da saúde mental, ganhando relevância à medida que lidam com as classes populares e trabalhadoras.

No entanto, apesar da questão parecer um pouco mais esclarecida com a possibiliade de ser visualizada em função de diferenças culturais de uma camada da população à outra, parece ainda que este referencial não instigou qualquer dos estudiosos do tema para uma solução efetiva. As sugestões para a solução do impasse caminham entre a introdução de transformações técnicas na prática psicoterápica (Bernstein, 1980) e o questionamento sobre a eficácia do sistema psiquiátrico-psicológico como um todo enquanto mais adequado ao atendimento da população referida. (Costa, 1976; Ropa e Duarte, 1985).

II.5 - ANALOGIAS PERTINENTES

Na realidade, não é só no que concerne ao campo da Psicologia Clínica que a camada da população menos favorecida está destinada a ser "alvo inatingido". No âmbito da Educação vê-se que, apesar de extensas discussões haverem sido travadas na busca de explicações para o fracasso e a evasão escolar, observados principalmente em crianças de uma camada de baixa renda, as tan-

tas alternativas propostas não têm, qualquer uma delas, apresentado uma eficácia suficiente para a mudança do quadro ora visto.

Tomando a visão de alguns teóricos direcionados para o estudo desse fato, pode-se classificar as principais explicações para o fracasso escolar aqui no Brasil em três categorias: (1) que coloca-o como determinado pelo fracasso de indivíduos; (2) que toma-o como o "fracasso" de uma classe social; (3) que fala do fracasso de um sistema social, econômico e político, que pratica uma seletividade sócio-econômica indevida. (Carraher et al, 1982, p.79). Uma outra categoria, impondo-se progressivamente na discussão, evidencia-se bem na atualidade: a que sugere que o fracasso escolar é determinado pelo fracasso da escola.

O primeiro ponto de vista, apoiando-se na teoria da privação cultural (ver discussão anterior) argumenta que as crianças de classes menos favorecidas apresentam as mais variadas deficiências tanto de natureza cognitiva quanto de ordem afetiva e emocional. Tal abordagem,atualmente, subdivide-se, podendo ser percebida uma corrente de pensamento que admite uma certa dissociação entre classe social e privação cultural e liberta alguns indivíduos das classes menos favorecidas (aqueles que não sofrem da síndrome da privação cultural) do destino do fracasso na escola.

Os adeptos da segunda categoria referida, postulando uma desvalorização da aprendizagem escolar pelos membros das classes populares em decorrência da necessidade do trabalho, propagam que o fracasso real não ocorre, uma vez que o objetivo de sucesso, que seria imprescindível àquele, não existe. De acordo com a terceira visão, as escolas constituem aparelhos ideológicos do Estado, reproduzindo a estrutura de classes existente através da difusão da ideologia da classe dominante e da manutenção das classes populares nos níveis educacionais inferiores.

A última abordagem, que pode ser representada entre outros teóricos, por Carraher, Carraher e Schliemann (1982, 1984), considera que o fracasso escolar é o fracasso da escola, a qual falha em função do seu desconhecimento dos processos naturais que levam a criança a adquirir o conhecimento e das suas incapacidades no que concerne à aferição da real capacidade da criança e ao estabelecimento de uma ponte entre o conhecimento formal que deseja transmitir e o conhecimento do qual a criança, pelo menos, em parte, já dispõe.

Se essa discussão passa por um processo de transformação, abarcando posturas representadas tanto por aquelas que se fundamentam no mito da privação cultural até outras que, tentando investigar os padrões culturais das crianças de classes populares e questionando a instituição escolar, apontam uma descontinuidade entre os métodos escolares e os métodos utilizados na vida diária, o campo da psicoterapia toma um rumo análogo.

Retomando-se o debate sobre psicoterapia e classe social, tal como colocado em páginas precedentes, pode-se observar um processo de modificação considerável, que engloba desde posicionamentos onde são apontadas inadequações dos indivíduos à psicoterapia (diversos autores, apud Jones, 1974) até a denúncia de uma possível discriminação dos terapêutas e estudiosos (Jones, 1974) e, posteriormente, posições em que são considerados aspectos culturais específicos da população em relevo, apontando-se a incompatibilidade entre esses e características do sistema psicológico-psiquiátrico (Bernstein, 1980; Lo Bianco, 1981; Ropa e Duarte, 1985).

O paralelo da Educação com a psicoterapia, no entanto, deve ter seus limites resguardados, uma vez que, garantindo um acesso a um capital cultural muito valioso em termos de participação social, o ingresso à educação tem um caráter diverso do in

gresso à psicoterapia, que a princípio objetiva assegurar ao indivíduo a probabilidade de diminuição de seu sofrimento psíquico.

Entretanto, pode-se reestabelecer a analogia visto que quando se discute o atendimento psicoterápico ao indivíduo das classes populares pensa-se não apenas numa população adulta, mas também numa clientela infantil, em idade escolar. Nesse ponto vê-se uma convergência entre o sistema escolar e um "sistema psicoterápico" enquanto se recorre ao segundo como uma forma de reparar ou socorrer problemas que ocorrem no primeiro.

Neste sentido, López (1983) dá uma contribuição importante quando, num trabalho em que procede a uma avaliação dos serviços de psicologia de clínicas-escolas de São Paulo, sugere que aqueles serviços parecem estar sendo utilizados para arcar com problemas que a sociedade não reconhece como seus, individualizando-os.

Realizando, através do exame de fichas e prontuários, um levantamento de 2.826 casos inscritos em 1977 em quatro clínicas ligadas a cursos de Psicologia reconhecidos pelo MEC, com o objetivo de analisar, entre outros aspectos, a demanda aos serviços prestados, a autora pôde constatar que "a população que procura as clínicas-escola de Psicologia constitue-se, em sua maior parte, de dois grandes grupos: um grupo de crianças em idade escolar e um grupo de mulheres adultas" (López, 1983, p. 124). No grupo de crianças estariam em evidência as contidas na faixa etária entre 6 e 15 anos, do sexo masculino (Cf. também Schoenfeldt e Longhin, 1959) e procedentes de uma camada da população menos favorecida, as quais procuravam as clínicas basicamente a partir de encaminhamentos dos professores, trazendo queixas de insucesso escolar (comportamento cognitivo).

A partir dos dados estudados, López conclui que o atendimento psicológico é considerado atributo dos grupos sociais

mais fracos, isto é, dos grupos constituídos por pessoas que não compõem as forças de trabalho. As crianças, embora representem uma futura força de trabalho, estariam aí contidas visto que não produzem escolarmente, encontrando-se numa situação limite entre a integração e a marginalização social. A clínica seria o lugar onde seriam ajudadas a reintegrar-se socialmente e onde aprenderiam a produzir mais e melhor (López, 1983).

Assim, constata-se uma interrelação entre o sistema educacional e um "sistema psicoterápico", uma vez que crianças de classes populares, não raramente vistas como desadaptadas ao processo escolar, são tidas como necessitadas de ajuda e encaminhadas a clínicas psicológicas, onde supostamente receberiam um tratamento que objetivasse torná-las hábeis para inserir-se sem grandes dificuldades nesse processo.

Sabe-se que a escola é valorizada pelos indivíduos das classes populares por garantir, como transmissora de um capital cultural bastante valioso em termos de participação social, uma possibilidade de ascensão sócio-econômica. Essa possibilidade, por seu lado, estaria ameaçada diante do fracasso escolar, principalmente no que diz respeito a crianças do sexo masculino, uma vez que os papéis que lhes são atribuídos dependem mais da escolaridade (em contraste com aquelas do sexo feminino). Admitindo-se a existência de uma interrelação entre os sistemas educacional e psicoterápico nos ditames comentados no parágrafo anterior, restava questionar que importância é dada por aqueles indivíduos ao tratamento oferecido pelas clínicas de psicologia, incluindo-se aí a psicoterapia.

Tal proposição, enquanto podendo ser englobada por uma questão mais ampla, referida à percepção que tais indivíduos têm da psicoterapia, ou melhor, à representação que se coloca para eles daquele tratamento, antes de ganhar relevância enquanto re-

PUC-RIO

ferida à discussão sobre a educação, sobrepõe-se por si só.

II. 6 - REVENDO O PROBLEMA

Retomando algumas questões que possibilitam uma visão, a partir do que a literatura científica mostra, de como tem sido desempenhado o atendimento psicoterápico destinado às classes populares, que problemas tem assolado tal prática e que formas têm sido pensadas e propostas para lidar com tais problemas, pode-se perceber que a situação tal como se coloca, no momento, não é muito distinta daquela que se apresentava no passado, isto é, o insucesso de tais práticas permanece em evidência. Apesar da discussão haver se transformado, nenhuma das posições teóricas assumidas tem efetivamente contribuído para a modificação do quadro tal como se apresenta[4].

A reflexão sobre tais posições tomadas em conjunto parece revelar um aspecto interessante, considerando-se o fato de tal discussão abarcar três dimensões: a do cliente, a do terapeu

---

4. Nesse sentido, é com grande clareza que Lo Bianco, em projeto sobre Serviços de Psicologia Aplicada - a relação expectativa efetividade em grupos de baixa renda - aponta para uma estagnação nos trabalhos que examinam criticamente as possibilidades de atendimento à comunidade: "os referidos trabalhos (...) parecem estar estagnados e rodando em círculos, ao redor do conjunto de argumentos que se acabam de apresentar. Em outras palavras, apesar de haver contribuído (...) o referido exame crítico não foi adiante para mostrar em que circunstâncias o atendimento se torna possível e talvez mesmo, do ponto de vista da população a ser atendida, necessário". (Lo Bianco, 1986, p.4).

ta e a da psicoterapia, as duas últimas podendo ser percebidas em suas aproximações e em suas especificidades. Parece que ao movimento de transformação da discussão vem agregado um movimento de abrangência maior de tais dimensões na análise. Assim é que o simples apontar inadequações dos indivíduos à psicoterapia, põe em segundo plano as dimensões do terapeuta e da psicoterapia; a denúncia de um possível preconceito dos terapeutas já introduz a segunda dimensão na análise e a consideração de aspectos culturais específicos da população em relevo, apontando a incompatibilidade entre esses e características do sistema psicológico/psiquiátrico, abarca todas as dimensões proporcionando um aprofundamento maior da discussão a partir de um maior equilíbrio no referencial tomado.

Um aprofundamento ideal, entretanto, está diretamente relacionado com a consideração dessa dimensão cliente não, simplesmente, como uma parte que merece ser analisada tal como as demais, mas da qual é imprescindível colher informações sobre o(s) fenômeno(s) estudado(s), uma vez que se coloca como protagonista.

Se a desistência é praticada em demasia pelos clientes daquela população, mesmo que a análise da psicoterapia em toda a sua complexidade leve a alguma compreensão de tal fenômeno, restará sempre algo a ser dito por este personagem, que, ausente, caracterizará tal análise como inadequada ou insuficiente.

E desse tipo de investigação que considera a "fala" do cliente, a literatura científica carece. Apesar da constatação de uma demanda e o próprio fato de eles virem até à clínica (assim como a atenção de alguns clínicos pelo caminho que o cliente trilhou até chegar ao tratamento) possibilitarem algu-

mas pistas na análise, por exemplo, do fenômeno da desistência, tais dados só ganham peso quando unidos ao depoimento do cliente, uma vez que seu depoimento evidencia o que ele pensa e contêm as informações que vão embasar a explicação de tal fenômeno e tornar a análise verdadeiramente fecunda.

Se por um lado, na análise da psicoterapia destinada à população de baixa renda, a questão do abandono ou da desistência nas fases iniciais do tratamento se impõe à medida que esse fenômeno pode ser tomado como espelho do insucesso do tratamento e reflexo das dificuldades encontradas durante o processo, por outro lado, é justamente por estar dinamicamente implicado com fenômenos referidos a momentos distintos do tratamento (processo e saída) que sua análise não pode ser realizada enquanto distante desses outros fenômenos.

II.7 - PROPOSTA DO PRESENTE TRABALHO

Tendo em vista tais considerações, essa pesquisa, dirigindo sua atenção para a questão da psicoterapia infantil com classes populares, pretende investigar as representações que os pais de crianças dessa classe, que tenham estabelecido qualquer contato com o expediente psicoterápico, têm sobre esse tipo de psicoterapia. Para tanto, servirão de guia três tópicos, escolhidos em função dos questionamentos apontados pela literatura, e da necessidade de uma abrangência maior da análise. Assim, na concretização da pesquisa, as entrevistas são encaminhadas para: (1) as expectativas quanto ao tratamento; (2) o tratamento em si e (3) os resultados obtidos a partir do tratamento.

O ponto que se refere à interrelação entre a psicoterapia e o sistema educacional é também tomado na investigação, uma vez que é percebido como esclarecedor. Se, como visto anteriormente, é por intermédio da escola que as crianças são levadas às clínicas psicológicas, faz sentido pensar que os pais ou

responsáveis por essas crianças supõem uma relação entre a escola e a psicoterapia? Estaria aí retratada a importância que atribuem a esse tratamento? Se assim é, como visualizam a psicoterapia? Como último recurso para assegurar a possibilidade de ascensão social? Como um recurso entre vários? Como um recurso formal? O fato de consentir em levar as crianças à psicoterapia significa que os pais concordam com o diagnóstico da escola ao encaminhá-las? As suas expectativas ao chegarem à clínica seriam, tal como sugere López (1983), de recuperação escolar imediata? Seria esse um fator agravante para o abandono ou desistência do tratamento psicoterápico?

Em função desses questionamentos e ciente da pertinência deles para a análise que ora se pretende apresentar é que decidiu-se averiguar, em paralelo aos aspectos já referidos, se uma relação entre o sistema educacional e a psicoterapia infantil é vista (se for, de que tipo) por aqueles sujeitos.

CAPÍTULO III

O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO

O entendimento do conceito de representação tem vários caminhos, que principiam necessariamente pela obra de Durkheim, mais especificamente quando direciona-se para o estudo das representações individuais e coletivas. Posteriores ao estudo desse mestre da sociologia francesa, outros tantos vão ser desenvolvidos com a pretensão de clarificar o conhecimento de tal fenômeno, fato que vai impor uma complexidade maior à questão visto que exige para sua compreensão uma análise sob várias perspectivas.

O intuito do presente trabalho é entender e ter acesso à representação que uma dada população das classes populares têm a respeito de uma determinada realidade social. Para tanto, sentimos a necessidade de expor o que entendemos por representação, partindo do pressuposto que tal discussão nos enderecerá a pontos cruciais para o entendimento tanto do conceito como hoje é assumido, quanto do porque do seu uso no presente trabalho.

Para a concretização de tal proposta partiremos de Durkheim (1970) considerando, posteriormente as formulações de Moscovici (1978) e Herzlich (1972), algumas críticas alvitradas por Figueira (1981) e Moura e Silva (1978) e por fim uma contribuição mais atual de Holy e Stuchlik (1983) que consideram esse estudo juntamente com o dos conceitos de normas e ações.

III.1 - REPRESENTAÇÕES INDIVIDUAIS E REPRESENTAÇÕES COLETIVAS

Como apontando acima, é Durkheim (1970) o primeiro a

direcionar-se para o conceito que ora tenta-se compreender. Num estudo em que busca as analogias entre as leis sociológicas e as leis psicológicas, vai defender o argumento de que a vida coletiva assim como a vida mental do indivíduo é feita de representações, e mostrar que ambas as representações individuais e coletivas mantêm a mesma relação com o seu substrato.

No que concerne às representações individuais, Durkheim, depois de uma longa discussão em que argumenta contrariamente à uma concepção epifenomenista da consciência e a uma concepção psicofisiológica da memória, propõe a aceitação de uma memória mental (ou psicológica) na qual estariam subjacentes as representações passadas na qualidade de representações que, na rememoração, manifestar-se-iam perante a claridade da consciência. Nesse sentido, aponta a necessidade de serem concebidas essas representações como estando fora da consciência, concluindo seu raciocínio na apresentação daquelas como "realidades que mesmo mantendo íntimas relações com seu substrato dele são, até certo ponto independentes" (Durkheim, 1970, p.32). Pressupõe assim que uma vez existindo, as representações continuariam por si sós, sem depender essa existência perpetuamente do estado dos centros nervosos. Tais realidades seriam a partir daí susceptíveis de agirem diretamente uma sobre as outras e de se combinarem de acordo com leis que lhes são próprias.

O raciocínio utilizado pelo sociólogo é por demais fértil assim como a admissão, já naquela época (1898), da existência de estados psíquicos inconscientes vinculados a centros secundários de consciência, é, particularmente para a nossa área, por demais interessante e tentador para se deixar passar sem considerações, mas resistiremos a isso considerando que aqui a discussão sobre as representações individuais não constitue o centro da questão. Sem dúvida deve ser tomada como um elo para a inserção no ponto-cha-

ve: as representações coletivas.

Se as representações individuais são produzidas pelas ações e reações permutadas entre os elementos nervosos, não sendo, entretanto, inerentes àqueles elementos, o mesmo raciocínio sendo aplicado às representações coletivas conduz ao pressuposto de que essas últimas, sendo produzidas pelas ações e reações permutadas entre as consciências elementares das quais é feita a sociedade, não derivam diretamente dessas.

As representações coletivas são então tomadas como fatos sociais, "em certo sentido, independentes dos indivíduos e exteriores em relação às consciências individuais" (Durkheim, 1970, p.33). A vida social, construída a partir do sistema que o conjunto de indivíduos associados forma[5] vai ser de uma importância vital para o entendimento da questão, uma vez que as representações vão ser vistas como a trama dessa vida, originando-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos combinados, ou entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e a sociedade total.

A exterioridade das representações coletivas em relação aos indivíduos é colocada como um dado, ou seja, não se dis

---

[5]O autor cita três fatores intervenientes para a formação de tal sistema: a disposição dos indivíduos sobre a superfície do território, a natureza e o número das vias de comunicação.

cute que algumas maneiras de pensar e agir, tais como crenças e práticas religiosas e regras da moral, não são obra do indivíduo, emanando de uma potência moral que o ultrapassa. Há, entretanto, uma grande névoa a respeito do como se originam tais representações. Pressupõe-se que na elaboração do resultado comum cada indivíduo traz a sua cota, sendo que é a combinação dos sentidos privados que os torna sociais. Como coloca o autor: "Em consequência dessas combinações e das alterações mútuas que delas decorrem, eles se transformam em outra coisa" (Durkheim, 1970, p.34). A nebulosidade se coloca então quando questiona sobre como os movimentos ao se combinarem vão dar origem à representação, o que não é comentado por Durkheim, que pontua, entretanto, a importância de ser considerado o agregado em sua totalidade para se saber o que é a resultante na realidade.

Tal discussão sobre a exterioridade das representações coletivas em relação aos indivíduos conduz, por outro lado, à questão da dependência/independência da representação com relação ao seu substrato. Em atenção a isso, Durkheim vai esclarecer que tais representações, ou melhor, as formas que apresenta no momento em que se criam, vão levar a marca de sua origem, o substrato coletivo. Aí a explicação para o pressuposto de que a natureza do substrato coletivo, isto é, o número de elementos sociais, a maneira pela qual se agrupam e se distribuem, etc, vai estar em estreita relação com a matéria primeira de toda consciência social, assim como o inverso também é verdadeiro. Isto na realidade esclarece a dependência. A independência se torna mais clara quando se vai à frente no raciocínio e se percebe que daí em diante (uma vez que já constituída uma primeira base de representações) as representações se tornam realidades parcialmente autônomas, que vivem uma vida própria, atraindo-se, repelindo-se, formando entre sí sínteses de toda espécie, que são de

terminadas por suas afinidades naturais, e agora não mais pelo estado do meio em que evoluem. Em função dessas sínteses, então, são produzidas representações novas, caracterizadas por terem como causas próximas outras representações coletivas, e não tal ou qual característica da estrutura social.

III.2 - A PARTE DA PSICOLOGIA SOCIAL - REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A contribuição de Durkheim pode ser resumida enquanto designa, ao conceituar as representações coletivas, como acima exposto, a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual (Moscovici, 1978; Herzlich, 1972). Alguns pontos de tal conceito permanecem, entretanto, obscuros e é o próprio Durkheim que pontua a necessidade de aprofundá-los, indicando inclusive a quem competeria tal tarefa. Assim ocorre, por exemplo, quando questiona sobre o modo pelo qual as representações se atraem e se excluem, se fundem uma com as outras ou se distinguem, indicando competir a psicologia social o desenvolvimento de tal estudo (Durkheim, 1947, apud Moscovici, 1978).

E é dentro do campo da psicologia social que vai se desenvolver uma próxima etapa do estudo deste conceito. Debruçando-se sobre o fenômeno da representação, o psicólogo social francês Serge Moscovici vai obter considerável destaque por sua tentativa de construção de um modelo teórico mais geral, respaldado por pesquisa sobre a representação social da psicanálise.

Na realidade, Moscovici, desejoso que estava por redefinir os problemas e os conceitos da psicologia social a partir do fenômeno das representações sociais, vai tentar superar a perspectiva de abordagem de uma psicologia social guiada pela tradicão behaviorista, que abordava o problema sob outra orientação, com a denominação de percepção-cognição. (Moscovici, 1978;

Herzlich, 1972; Moura e Silva, 1978).

Na escolha de uma abcrdagem mais adequada para o estudo do fenômeno, vai refletir sobre as perspectivas adotadas tanto pela sociologia do conhecimento quanto pela antropologia[6], optandc por fim por ligar-se àquela da psicologia social, agora já trazendo no seu bojo influências da corrente teórica do interacionismo simbólico, que propunha o estudo dos aspectos implícitos do comportamento, ccm acento sobre os processos simbólicos, a linguagem e seu papel na definição da realidade social(Herzlich, 1972, p. 305).

Nesse sentido, ciente de que uma das razões que explicam a dificuldade de apreensão do conceito diz respeito a sua posição mista entre uma série de conceitos sociológicos e uma série de conceitos psicológicos, Moscovici assume o interesse pelos fenômenos cognitivos e propõe uma nova perspectiva no estudo das representações visando introduzir o estudo dos modos de conhecimento e dos processos simbólicos na sua relação ccm as condutas (Herzlich, 1972, p. 305).

---

[6]Em discussão a esse respeito, Moura e Silva (1978) esclarece a simpatia de Moscovici pela sociologia do conhecimento de inspiração marxista/weberiana, em contraposição àquela de inspiração durkheimiana. Ainda outra questão interessante desenvolvida por esta estudiosa diz respeito aos motivos considerados pelo psicólogo social francês para a rejeição das propostas da sociologia do conhecimento e da antropologia para o estudo do fenômeno das representações. (p. 15/16).

O problema da ligação do campo psicológico com o campo social vai ser assim tomado de uma forma diversa daquela até então colocada para o estudo das representações. A princípio, porque tal noção como passa a ser colocada não entende o pensamento social como uma simples variedade, uma diferenciação do pensamento individual. Nesse sentido, a própria conceituação de representação social, em contraste com a noção de representação coletiva proposta por Durkheim, vai subentender uma recusa da posição dominante de traço distintivo do social, de categoria que abarca todas as formas de pensamento[7], sendo encarada como um fenômeno específico, uma categoria entre outras, irredutível a qualquer outra. Em segundo lugar, porque ela manifesta um esforço de se colocar em função da diversidade de objetos, das condições e das situações sociais particulares. Assim, a representação vai ser concebida como traduzindo a relação de um grupo com um objeto social, sobretudo porque diferencia um grupo de outro, e é um dos seus atributos fundamentais, delimitando-o e definindo-o. Seu papel ainda vai supor a contribuição para os processos de formação de condutas e de orientação das comunicações sociais.

Dessa forma, a representação social define-se como "uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos" (Moscovici, 1978, p. 26).

---

[7]Nesse sentido Moscovici vai pensar as diferenças entre Representações Sociais e outras formas de pensamento social, tais como o mito, a ciência, a ideologia.

Assim, é encarada de um modo ativo, a princípio compreendendo uma atividade de reprodução que implica numa mudança nas estruturas, uma remodelagem dos elementos, uma reconstrução do objeto no contexto dos valores, das noções e das regras aos quais vai se solidarizar. A linguagem vai ter então uma importância vital, uma vez que, dada a liberdade que o dado externo, inacabado proporciona à atividade mental encarregada de apreendê-lo, vai circunscrever tal dado, impregnando-o de suas metáforas, arrastando-o no fluxo de suas associações, enfim, projetando-o no seu verdadeiro espaço, que é simbólico.

Definindo, pois, simultaneamente, a natureza dos estímulos que cercam e provocam o sujeito e o significado das respostas que vêm a dar, a representação social produz e determina o comportamento. (Moscovici, 1978, p.26). Nestes termos, Moscovici vai conceber tal conceito dentro de uma perspectiva dialética sendo que a sua especificidade e a sua criatividade na vida coletiva é que vão caracterizá-lo como diferente tanto das noções sociológicas e psicológicas às quais era agrupado, quanto dos fenômenos de opinião e de imagem que lhes correspondem.

E é Herzlich (1972) que vai clarificar tal formulação quando "redefine representação social como sendo um processo de construção do real que, como tal, age ao mesmo tempo sobre o estímulo e sobre a resposta, orientando o próprio estímulo à medique modela a resposta" (Moura e Silva, 1978, p. 19). Continuando o trabalho de Moscovici, Herzlich vai também evidenciar-se nesse estudo à medida que, tomando as representações como objeto de reflexão, depois de haver desenvolvido uma pesquisa sobre a representação da saúde e da doença, vai, ao mesmo tempo em que clarifica alguns pontos essenciais da teoria, tecer considerações críticas consideráveis a respeito de aspectos metodológicos.

III.3 - CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS

De fato, o conceito tal como se coloca (Cf. Moura e Silva, 1978) tem proporcionado muitos questionamentos, que dizem respeito ora a aspectos teóricos, ora àqueles referentes à metologia por ele concebida.

Moura e Silva (1978) e Figueira (1981) podem representar os estudiosos que vêm a expor tais críticas, a primeira em trabalho sobre as representações sociais do desenvolvimento no Nordeste, através do qual questiona a abordagem teórica das representações sociais enquanto proposta para a abordagem da relação dialética indivíduos x grupos x sociedades (Moura e Silva, 1978) e o segundo em artigo no qual discute o trabalho de Moscovici sobre a Representação Social da Psicanálise.

Entre outras questões, uma crítica importante a obra de tal autor, dizendo respeito à teoria e à metodologia por ela embasada, conduz ao questionamento das representações sociais enquanto conceito científico "por não levar em suficiente consideração o fato das representações serem produzidas socialmente, e portanto haverem de ser estudadas dentro de um marco predominantemente social". (Moura e Silva, 1978, p. 12). Apesar de sua tentativa de inserir o referencial sociológico na teoria das representações, Moscovici é duramente criticado neste aspecto, seja por ter ressaltado a importância do aparelho psíquico individual, continuando a perspectiva da psicologia social tradicional nos marcos de um indidualismo, agora disfarçado de "idealismo" (Moura e Silva, 1978), seja por desmerecer o status de teórico da psicosociologia, não havendo adicionado ao corpo teórico do do conceito proposto sequer uma noção de sociedade (Figueira 1981).

Uma segunda pontuação que ameaça o corpo teórico por aquele autor desenvolvido diz respeito ao fato de não haver leva

do em consideração a especificidade do objeto que tomou para o seu estudo - a psicanálise - de tê-la pensado e utilizado apenas enquanto ciência e não haver percebido e considerado a sua qualidade de sistema simbólico, característica que a distingue das outras ciências (Figueira, 1981).

Ainda um terceiro ponto que merece ser aqui considerado, diz respeito às relações entre o conceito de Moscovici e os que lhe antecedem, aqueles da representação individual e coletiva, de Durkheim. Figueira (1987) é quem pontua tal questão, atentando para o esquecimento de Moscovici, entre outros aspectos, da distinção inicial feita por Durkheim entre os conceitos de representações individuais e coletivas, distinção esta fundamentada pela "diferença ontológica entre indivíduo e sociedade, ou, mais especificamente, a distinção e articulação, com base em complexidade crescente, dos níveis orgânico, psíquico e social" (Figueira, 1987, p. 334).

De fato, é possivel perceber que, se Moscovici se propõe responder o questionamento de Durkheim com respeito ao modo pelo qual as representações se atraem e se excluem, desconsidera a que representações (individuais ou coletivas) deve se referir, falhando o seu conceito quando tenta abarcá-las conjuntamente.

A Conscientização do peso de tais críticas mesmo não conduzindo ao desprezo total da teoria da psicologia social impele à sociologia e ao ancoradouro na antropologia, na tentativa de entender o conceito de representação enquanto apropriado para subsidiar uma pesquisa que pretende conhecer um objeto a partir da perspectiva de um grupo social.

III.4 - RECURSO À SOCIOLOGIA E À ANTROPOLOGIA

Dessa forma, retornamos a Durkheim, assumindo que as re -

presentações podem ser consideradas como o funcionamento da vida social, "podendo ser organizadas em sistemas segundo uma lógica própria, sendo introjetadas pelos componentes de uma sociedade através de seus processos de socialização, garantindo uma certa homogeneidade ao grupo que as produz e, sobretudo, inteligibilidade e organização ao que poderia parecer particularizado e casual"(Durkheim e Mauss, 1963 e Mauss, 1969, apud Alves, 1982).

Sendo assim, exacerba-se a importância do recurso à sociologia e à antropologia para o entendimento da questão. Nesse sentido, a obra de Holy e Stuchlik (1983), que orientados para o problema do por que as pessoas fazem o que fazem(?) formulam uma série de argumentos sobre a natureza da realidade social e sua avaliação para o observador, proporciona alguns esclarecimentos.

Articulando os conceitos de ações, normas e representações, tais teóricos vão pontuar a importância de serem diferenciados dois tipos de realidade social diversas: aqueles concernentes à realidade nocional e aqueles referentes à realidade comportamental. As representações estariam inseridas no primeiro grupo, podendo assim ser concebidas como referidas a um nível ou domínio específico da realidade social, seu estudo devendo considerar tal fato para não incorrer na distorção de modelos de realidade social e na incorreta definição de problemas e procedimentos de resolução de problemas.

Na realidade, os domínios das noções e ações são vistos como próximos, enquanto se admite que o comportamento deriva do conhecimento e somente pode ser entendido sendo relacionado com este. Assim, as noções, uma vez exprimidas em algumas ações, poderiam ser inferidas a partir destas indicações visíveis. Um problema se coloca, entretanto, quando se ultrapassa o interesse por noções privadas, voltando-se para o seu papel no processo de vida social,

que pode ser desempenhado somente se elas são compartilhadas, o que implica haver se tornado públicas, ou seja, manifestadas. Tais manifestações, informando sobre as noções, podem ser divididas em declarações verbais e ações, possuindo tal distinção uma importância considerável em termos de métodos e técnicas de pesquisa, principalmente quando se coloca a especificidade das representações.

Holy e Stuchlik (1983) consideram que as noções das pessoas não são da mesma ordem, algumas sendo representações, descrições e explanações do que existe, e algumas sendo normas ou regras, isto é, instruções sobre o que fazer. As representações poderiam formar as bases das normas, mas não informar o comportamento diretamente. Deste modo sua existência só poderia ser inferida a partir do comportamento muito raramente ou por um processo de inferência que não poderia ser prontamente formalizado. "Mormente, vão pontuar os autores, ele (o antropólogo) vai depender do que está sendo falado, ou seja, das declarações verbais" (Holy e Stuchlik, 1983, p.56)

O problema da inferência se coloca na relação entre as comunicações verbais e as representações enquanto é tarefa do pesquisador formular um modelo representacional mais geral, uma vez que os atores quando fazem as declarações mencionam ou referem-se apenas à parte desse modelo que é mais importante para a situação. Tal modelo seria formulado pelo agrupamento de várias declarações feitas pelos informantes em épocas e situações diferentes. E ainda aqui a "fala" do grupo tem uma importância vital, como mostram os autores: "mas, mesmo quando ele está inferindo o modelo geral, ele não tem praticamente outra forma de chegar às representações incluídas se não pela comunicação verbal dos informantes" (Holy e Stuchlik, 1983, p.57).

Dois aspectos de tais comunicações verbais devem ser con

siderados, enquanto podem se tornar problemáticos quando elas são tomadas como manifestações das noções das pessoas. O primeiro diz respeito ao fato das comunicações serem realizadas não no vácuo, mas em encontros específicos, em situações envolvendo outras pessoas. Tal realização irá derivar então, da definição do ator sobre aquela situação e do seu propósito quando dela participa, podendo constituir uma tentativa de manipular a situação para alcançar tal propósito. "Isto significa, pontuam Holy e Stuchlik (1983), que qualquer comunicação verbal tem que ser considerada de dois pontos de vista diversos: do ponto de vista do seu conteúdo e do ponto de vista das razões que o informante tem para realizá-la" (p.58).O segundo ponto a ser considerado é o fato de que qualquer comunicação particular depende, no seu significado, de um largo acervo de conhecimento que permanece subentendido, mas ela é compartilhada por outras pessoas envolvidas no encontro.

E os autores resumem tais considerações sobre as comunicações dizendo que: "assim, a natureza problemática das comunicações verbais como manifestações do conhecimento consiste no fato de que: em um dado encontro de pesquisa, sendo ele uma observação de um evento ou conversação com um informante, o antropólogo está tendo comunicações que são expressões parciais do conhecimento específico da situação e indicativas apenas. Sua tarefa é reproduzir pela combinação das informações, tão precisamente quando possível, as partes esquecidas, as partes gerais, não-situacionais e tomadas por certas dos modelos que as pessoas constróem para dar sentido ao seu mundo e suas ações nele. Estritamente falando, esse irá sempre ser um modelo de um modelo, desde que não pode nunca ser um "modelo em uso" mas um modelo como exposto pelo antropólogo. Entretanto, êle pode colocá-lo para teste de uma forma similar como ele coloca seu conhecimento das regras, isto é, pela formulação de comunicações que possam ser consideradas aceitáveis pelos atores. (Holy e Stuchlik, 1983, p.59, 60)

Dissemos no ínicio do presente capítulo que a discussão que desenvolveríamos pretendia proporcionar o entendimento tanto do conceito de representação como é hoje assumido, quanto do porquê do uso deste no presente trabalho. Concluída tal discussão, conscientizamo-nos de que serviu ainda a um outro fim, qual seja, possibilitar uma clarificação acerca da metodologia adequada quando se pretende o acesso às representações de um dado grupo. E é uma metodologia de tal ordem, ou seja, aquela utilizada na presente pesquisa, que se faz objeto de nossas considerações no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

ACERCA DO MÉTODO

> "Não existe uma fórmula ou "receita" para se desenvolver estudos científicos. O pesquisador deve ser dotado de bom raciocínio lógico e flexibilidade para ajustar o método às suas necessidades, desde que siga os passos específicos a cada abordagem de modo a não incorrer em erros nos pontos nevrálgicos de cada tipo de pesquisa".
>
> Elida Sigelmann

Em contato com a discussão sobre o atendimento psicoterápico às classes populares e tomando ciência das dificuldades que têm sido apontadas acerca daquele atendimento é que decidimos partir para o estudo das representações que um dado grupo tem sobre pontos relevantes em tal prática, pressupondo que somente tal caminho permitirá um avanço no entendimento da questão. Nesse sentido, uma vez pretendendo estudar elementos da vida social de um grupo cujos padrões não são os mesmos que os nossos ou, numa linguagem antropológica, objetivando a compreensão do estranho, lançamos mão de uma metodologia qualitativa, amplamente empregada nas ciências sociais. Na etapa da coleta de dados junto ao grupo social em questão, usamos a técnica de entrevista semi-estruturada (Burgess, 1984; Ocampo, 1979), guiando-nos ainda por alguns pressupostos emprestados de "trabalhos de campo", classicamente asso-

ciados à pesquisa em antropologia e sociologia.

IV.1. - A PESQUISA DE CAMPO

Quando a antropologia ainda circunscrevia-se com base no estudo de sociedades de pequena escala, Malinovsky começava a apontar e enfatizar a importância da pesquisa de campo. Era vital, antes de contentar-se com a reflexão sobre a realidade de uma comunidade, trabalho que em geral desenvolvia-se entre as quatro paredes de um escritório, que o pesquisador fosse ao encontro de tal comunidade e se confrontasse com sua forma de vida, partindo desse ponto para qualquer pronunciamento acerca daquela realidade.

Mais atualmente, com o desenvolvimento progressivo da antropologia social/cultural e da antropologia urbana e ainda com a troca de métodos de pesquisa entre a antropologia, a sociologia e a psicologia, o que se observa é a crescente preocupação com o contato direto com a comunidade nas pesquisas de campo. O incremento da condução de pesquisas na própria sociedade do pesquisador, com membros de outras classes, grupos com os quais os pesquisadores tinham pouco ou nenhum envolvimento, assim como as consequentes denúncias das dificuldades encontradas por sociólogos com estilo de vida de classe média quando pretendiam entender a vida da classe trabalhadora (Burgess, 1984) foram também surgindo como reforço para a necessidade de uma metodologia apropriada.

Nesse quadro foi sendo desenvolvida a pesquisa de campo, incorporando diferentes perspectivas teóricas e explorando as relações entre uma variedade de métodos. Hoje, a sua especi-

ficidade coloca-se mais evidente: " fazer pesquisa de campo é não meramente o uso de uma série de técnicas uniformes, mas depende de uma complexa interação entre o problema pesquisado, o pesquisador e aqueles que são pesquisados". (Burgess, 1984, p.6). E a sua base como técnica de pesquisa é mais facilmente justificada: "trata-se, basicamente, de um modo de buscar novos dados sem nenhuma intermediação de outras consciências, sejam elas as dos cronistas, dos viajantes, dos historiadores ou dos missionários que andaram antes pela mesma área ou região". (Da Matta, 1981, p. 146).

No momento em que adotamos uma metodologia de tal ordem, conscientizamo-nos de que não haveria um modelo linear de passos ou estágios a seguir. Para o confronto com o desconhecido era esperado que tivéssemos que lidar com uma variedade de situações sociais, perspectivas e problemas.

Acerca do que postulamos como "o desconhecido" é importante uma consideração. À medida que pretendemos "ouvir" um grupo que não é o nosso, isto é, que se diferencia por possuir um ethos e uma visão de mundo particulares, supomos que tal grupo representa os objetos sociais à sua maneira. Assim, suas representações são para nós desconhecidas. E dessa forma, porque fazemos parte da mesma sociedade e contactamos com coisas que são familiares a ambos, a nós e a eles, importante se faz adotar uma postura similar a do etnólogo, ou seja, "tirar a capa de membro de uma classe e de um grupo social específico para poder estranhar alguma regra social familiar e assim descobrir (...) o exótico no que está petrificado dentro de nós pela reificação e pelos mecanismos de legitimação" (Da Matta , 1981, p 155/156).

Consciente,então,da dificuldade inerente a nossa proposta que é (re)conhecer modelos culturais particulares em situações

familiares e interpretar significados dados para eventos e problemas relacionados com a observação e relações no campo, é que partimos para o encontro com o grupo, para a escuta da sua fala.

IV.2 - A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Ganhando acesso ao campo, servimo-nos, como tivemos oportunidade de comentar, da entrevista semi-estruturada, sobre a qual passamos a discutir alguns aspectos.

A entrevista tem se mostrado, em vários campos, uma técnica de grande utilidade uma vez que, possibilitando a obtenção de informações através da descrição verbal do indivíduo, proporciona ao pesquisador um acesso a dados que de outra forma não poderiam ser obtidos, ou só o seriam com métodos muito mais demorados. Como tem sido apontado: "a entrevista é a técnica mais adequada para a revelação de informações sobre assuntos complexos, emocionalmente carregados ou para verificar os sentimentos subjacentes a determinada opinião apresentada" (Selltiz et al., 1975, p.272).

Em contrapartida à grande variedade de entrevistas existentes, caracteriza-se um tipo em que o entrevistador coloca uma série de temas e tópicos para formular questões no curso da conversação, proporcionando aos informantes a oportunidade para desenvolver suas respostas sem estarem sujeitos a uma forma estruturada. Tal modelo, havendo sido desenvolvido em grande parte por causa da influência da entrevista clínica[8] e do trabalho de campo, tem sido

---

[8] Tal influência pode ser percebida a partir da definição dada por uma experiente psicóloga clínica: "Una entrevista es semidirigida cuando el paciente tiene libertad para exponer sus problemas comezando por donde prefiere e incluyendo

bastante utilizado por cientistas engajados em pesquisa social, onde se percebe as entrevistas como "conversações como um propósito" (Burgess, 1984, p.102). Duas grandes vantagens favorecem o seu uso em ciências sociais, estando a primeira delas ligada ao fato de tal entrevista proporcionar o acesso, na linguagem corriqueira dos informantes, à descrição literal do seu trabalho, seus ganhos, seus julgamentos, seus sofrimentos, enfim, sua vida social. Num segundo plano, sobrepõe-se o fato de prestar-se à retratação do ambiente do grupo estudado, suas casas e suas famílias, pela observação pessoal do contexto de vida e ainda a comunicação direta com aqueles indivíduos. (Mayhew, 1951, apud Burgess, 1984, p.102).

Tais vantagens evidenciam a pertinência do uso de tal técnica quando o interesse do pesquisador se relaciona à uma dada realidade social, concebida como "envolvendo significados, e experiências subjetivas, que são construídas pelos participantes em situações" (Burgess, 1984, p.78). Na realidade, já o simples fato de prestar-se à obtenção de informações através da descrição verbal do indivíduo faculta-lhe uma posição superior com relação a outras técnicas quando o acesso pretendido pelo pesquisador diz respeito a um dado domínio de tal realidade social: a realidade nocional (Holly e Stuchlik, 1983). Isso é verdadeiro principalmente se a ordem da realidade nocional que se toma como objeto é aquela das representações, as quais, quer para se tornarem conhecidas pelo pesquisador, quer para serem agrupadas por aquele num modelo geral ,

---

lo que desee. Es decir, que permite que el campo psicológico configurado por el entrevistador y el paciente se estructure en función de vetores señalados por este último. Pero, a diferencia de la técnica de entrevista totalmente libre, el entrevistador interviene..." (O campo, 1979, p.23).

dependem das descrições verbais dos informantes.

Intrinsecamente flexível, a entrevista semi-estruturada exige habilidade do pesquisador para desenvolvê-la, sendo que um dos fatores que auxiliam o seu bom andamento é o fato de fazê-la aprazível para as pessoas entrevistadas. Ela deve ser percebida para os informantes como uma agradável forma de contato social. Apesar da impossibilidade de controlar a relação entre o pesquisador e o informante, "é vital desenvolver a confiança e segurança daqueles com os quais as entrevistas vão ser usadas" (Burgess,1984, p. 103).

No que nos diz respeito, na nossa tentativa de ter acesso às representações das informantes acerca da situação psicoterápica e às implicações referidas a essa situação, procuramos desenvolver a compreensão e o interesse pela realidade de vida dessas pessoas. Na descrição do nosso trabalho de campo, é nosso propósito esclarecer entre outros pontos, como se deu tal contato.

IV.3 - RELATANDO O OCORRIDO

Uma vez tendo definido que tomaríamos como sujeitos pais ou responsáveis por crianças que já tivessem estabelecido qualquer contato com o atendimento psicoterápico, deparamo-nos com o problema de encontrar tais sujeitos: por quais vias chegar até eles?, era a questão a ser respondida. O que tínhamos até então determinado era a imprescindibilidade do deslocamento até a comunidade, o que sobrepujava à tentativa de contactar com os sujeitos em qualquer instituição onde seus filhos houvessem estado ou estivessem sendo atendidos. Essa última opção, pensávamos, se por um lado facilitava bastante a detecção daqueles que poderiam cons

tituir a nossa população, por outro levava o entrevistado a identificar o entrevistador como parte da instituição, o que pressupunha-se, iria enviesar os comentários acerca dos atendimentos.
A princípio, pensávamos ser fácil detectar na comunidade as pessoas que procurávamos, selecionando-os a partir da estratégia da snowbal sampling (Burgess, 1984) definida pela característica de detectar pessoas a partir da ajuda da própria comunidade, ou seja, encontrando o próximo informante a partir de uma indicação do atual e das pessoas locais. Tal expectativa, entretanto, não se concretizou: os dois primeiros entrevistados, a quem tivemos acesso a partir da pastoral Universitária da PUC, afirmaram não conhecer ninguém que pudessem indicar. Aqueles indivíduos que haviam encontrado em salas de espera de clínicas não sabiam como localizar.

Passamos então à tentativa de identificar a nossa população de entrevistados a partir de instituições especificamente referidas à tarefas escolar e psicoterápica. O direcionamento a instituições escolares se devia ao fato constatado e já mencionado de que grande parte da clientela em psicologia infantil chega até às clínicas a partir do encaminhamento pela escola. O que esperávamos é que aquelas instituições pudessem indicar uma forma de chegar as crianças encaminhadas à clínica psicológica (no caso da escola) ou atendidas (no caso da clínica psicológica).
Com as instituições escolares tivemos êxito. Nas três escolas que visitamos, o que pudemos constatar é que não havia um controle (dados em fichas, por exemplo), das crianças encaminhadas para clínicas psicológicas, assim como dos motivos para o encaminhamento. Em duas dessas escolas, as orientadoras educacionais chegaram a citar um ou outro aluno encaminhado na época.

A última opção, a busca dos possíveis informantes a partir da clínica psicológica se concretizou no contato com o SPA da PUC-RIO. Consultando nessa instituição os livros de registro dos

casos atendidos nos anos de 1981 a 1987 pelas três equipes da psicologia infantil, selecionamos um grande número de "itens"(nomes de criança e respnsáveis; data de atendimento na PUC, idade da criança na época e endereço) tomando como critérios para tal dois fatores principais, quais sejam:residir na Rocinha e haver passado por psicodiagnóstico no SPA-PUC. Apesar desta última exigência atribuir um ponto comum entre os sujeitos, foi percebida uma diferenciação enquanto podiam ser divididos em três categorias (1)aqueles atendidos em psicoterapia; (2) aqueles encaminhados para outras instituições e(3) aqueles com retorno previsto (aguardando chamada).

A etapa seguinte se resume na tentativa de encontrar os indivíduos pré-selecionados na favela da Rocinha. Aqui vale uma linha para explicitar uma das principais dificuldades da pesquisa de campo: localizar as residências a partir dos endereços indicados. A favela da Rocinha tem duas ruas principais(Um e Dois) que são "cortadas" por uma série de becos. Cada um dos becos é nomeado, em geral, pela numeração correspondente a casa de esquina, na rua principal. Apesar dessa lógica inicial, a dificuldade de localização se coloca quando se percebe que tais becos não têm uma "constituição" linear, dando origem a uma série de outros bequinhos e ainda que os barracos não são numerados, quer nas ruas, nos becos ou nos bequinhos, em ordem crescente ou decrescente, mas aleatoriamente. De fato, mesmo os próprios moradores da favela não se guiam por endereços para encontrar os barracos, constituindo-se os donos de biroscas em seus grandes referenciais. E a eles devemos muitas informações úteis. Ainda assim, apesar do auxílio dos donos de biroscas, algumas residências não foram encontradas. Ainda alguns informantes não foram encontrados em função de haverem mudado, alguns de residência, alguns de Estado.

Passada a fase de busca e encontrado o sujeito travávamos com ele um primeiro contato, explicando o motivo da nossa pre

sença em sua casa, comentando sobre a pesquisa[9] e questionando sobre a sua disponibilidade para dela participar. Uma vez havendo a concordância na participação, era já marcada uma data para a realização da entrevista, sendo poucas as pessoas que se negaram a tomar parte do estudo. No geral, a grande maioria mostrou-se muito solícita, apesar das obrigações a esperá-las.

---

9 Foi a partir de um certo "efeito de entrevista" observado nas primeiras conversações que resolvemos adicionar aos comentários iniciais sobre a pesquisa uma ampliação do seu objetivo. Assim, passamos a dizer que estava sendo realizada uma avaliação do serviço de psicologia da PUC para saber "a quantas caminhava" e era importante saber o que as pessoas que já haviam passado por lá pensavam do serviço e de algumas questões relacionadas a tal. Uma outra questão que era sempre pontuada dizia respeito ao sigilo com relação as informações colhidas.

CAPÍTULO V

APRESENTANDO E DISCUTINDO OS DADOS

V.1 - SOBRE AS INFORMANTES

Desenvolvido o trabalho de campo entre os meses de agosto/1987 e fevereiro/1988, contamos ao todo com 16 entrevistas, todas realizadas com as mães das crianças - ex-clientes da psicologia, ora porque eram elas as únicas a assumir a criação dos filhos, ora porque os pais encontravam-se ausentes no momento do contato. Tais contatos ocorreram sempre durante o dia, em horário antecipadamente combinado com as entrevistadas em função da sua conveniência e permanência em casa. Em geral eram realizados com a presença dos filhos, havendo alguns deles até contribuído, ora confirmando, ora adicionando informações à entrevista.

Em média, as informantes possuiam idades entre 31 e 50 anos, sendo que uma delas se distanciava por estar na casa dos 60. Em nível de instrução, apresentavam-se bastante diferenciadas podendo observar-se desde aquelas sem nenhum contato com a escola até aquela com o 2º grau completo. Uma boa parte delas (9) se colocava entre a 3ª e a 5ª série primária. No geral, as ocupações eram também variadas, sendo significativo o número daquelas informantes que se classificavam como " do lar" (5) e daquelas que trabalhavam como domésticas ou diaristas (6). Das cinco réstantes, três tinham ocupações referidas à esfera doméstica, seja pelo tipo de serviço (lavadeira e merendeira), seja pelo local (dona e responsável por quitanda instalada na parte da frente da sua casa). Duas últimas trabalhavam uma como comerciante, outra como educadora comunitária.

As informantes, em geral, viviam com os companheiros ,

pais dos ex-clientes da psicologia, com exceção de quatro, duas das quais viviam com novos cônjugues e duas que viviam sozinhas, uma sendo separada e uma outra viúva. No que se refere ao nível de instrução tais companheiros encontravam-se, assim como as mulheres, diferenciados, havendo aquele sem nenhuma instrução e aquele com segundo grau completo. Boa parte deles (4) havia concluído o curso primário. Um caso interessante é o daquele que a esposa descreve como "diz que fez faculdade de medicina", mencionando ser a sua ocupação a de vidraceiro. As ocupações referidas eram várias e de todas as ordens, havendo: guardador de veículos, faxineiro, biscateiro, pintores (2), motoristas (de caminhão, de ônibus), cobradores de ônibus (2), comerciante, comerciário, vendedor e entregador de cereais e garçon. Em geral, suas idades variavam entre os 34 e 58 anos, distanciando-se um deles que possuía apenas 25.

As crianças atendidas pela Psicologia tinham naquela época idades entre 4 e 12 anos, estando, no período da realização das entrevistas, na faixa entre 6 e 16 anos. Neste período apenas duas delas haviam interrompido os estudos, estando as restantes em média entre o C.A. e a 4ª série primária. Distanciava-se de tal média uma criança, que cursava a 5ª série. Das 17 crianças que foram estudadas (uma das entrevistadas havia levado os dois filhos à clínica) 9 eram do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Com exceção de uma criança que era filha única, todas as demais viviam em companhia dos irmãos, que, em quantidade, variavam em média entre 1 e 3, destacando-se duas crianças que tinham 7 e 4 irmãos respectivamente. Entre as crianças atendidas, 7 eram primogênitas, 5 caçulas e o restante ocupava uma posição intermediária na constelação familiar. Apenas três famílias acolhiam parentes, tais como avó, tio e primos.

Das dezessete crianças envolvidas com o estudo, nove

haviam iniciado uma psicoterapia, sendo que cinco haviam tido alta e quatro haviam deixado de ir à clínica no decurso do tratamento. Apenas uma das mães mencionou o desejo de prosseguir o tratamento mesmo após a alta. Das demais crianças, seis haviam sido submetidas a um psicodiagnóstico e encaminhadas para outras instituições, sendo que quatro delas não chegaram a passar por qualquer tratamento porque suas mães não haviam procurado a instituição para a qual foram encaminhadas. Daquelas mães que procuraram as instituições para as quais haviam sido encaminhadas, uma revelou não haver obtido sucesso porque teria que pagar um exame, para o que não possuía renda e uma última chegou a ser atendida pela neurologia, contactando novamente a psicologia sem passar por qualquer tratamento, apenas por uma avaliação psicopedagógica. Os dois últimos casos também haviam passado por um psicodiagnóstico, sendo que um deles havia deixado de comparecer à clínica, enquanto o outro havia ficado aguardando chamada. Apenas duas dentre todas as mães entrevistadas mencionaram experiências anteriores com o atendimento psicoterápico.

V.2 - ACERCA DO REVELADO

A primeira revelação do discurso das entrevistadas vem reafirmar um dado já observado e discutido por aqueles que se inclinam para o estudo do atendimento psicoterápico: a complexidade da questão. Dentre os muitos fenômenos a que se faz referência não são poucos os que podem ser postos em relevância e tomados como determinantes tanto do processo tal como se desenvolve, quanto da representação que vai naquela situação sendo construída. Ainda vem intensificar tal complexidade o fato de que tais fenômenos ou fatores determinantes atuam simultaneamente em vários momentos da psicoterapia, estando em contínua interação e sendo percebidos quando se focaliza seja a chegada, a continuação ou a saída desse atendimento.

No que diz respeito à apresentação e discussão do enunciado, é impossível não proceder a uma disjunção, que viabiliza a análise, o que tentaremos fazer sem perder de vista a dinâmica subjacente.

V.2.1 - VIAS E MOTIVOS DA PROCURA À CLÍNICA

Um dos primeiros pontos a se sobressair no estudo do material coletado diz respeito à via pela qual as crianças são levadas à clínica psicológica, o que, como teremos oportunidade de observar, encontra-se intrínsecamente relacionado com os motivos referidos para tal. Não de todo surpreendente, um dado se faz marcante: a grande maioria dos sujeitos chega à psicologia encaminhado pela escola (Cf. Lopez, 1983). De fato, a medida da frequência já aponta que, das 17 crianças envolvidas com o estudo, 10 haviam chegado à clínica a partir da escola, 3 a partir da neurologia, 1 por via particular e 3 por vias diversas: 2 consecutivamente pela escola e pela neurologia e 1 simultânea e sintonicamente pela escola, pela neurologia e pela mãe.

Na realidade, mesmo nos casos em que a criança chega encaminhada pela neurologia ou trazida pela mãe, por conta própria, é possível sentir a importância da escola na decisão de levar a criança à clínica, seja considerando-se os motivos citados pelas mães para tal (por exemplo, Lucinda[10], encaminhada à psicologia pelo neurologista que tratava a sua filha, cita como motivo o fato de que a criança não aceitava o colégio), seja por ordens diversas (como no caso de Maria Aparecida, que leva a sua filha

---

[10] Os nomes aqui referidos não correspondem aos reais.

entre outros motivos por que levava o outro filho, encaminhado pela escola).

De fato, apenas uma informante apresentou a sua entrevista isenta de qualquer referência à escola. As demais estabeleceram de uma forma ou de outra uma relação entre a escola e a psicologia. Tal relação, pelo peso que vai adquirir nos discursos, será posteriomente motivo de uma análise mais detalhada, após duas linhas de atenção a um outro fator relevante: a questão da neurologia.

Apesar de ser responsável direta,por apenas três encaminhamentos e indireta,por outros três, a neurologia está ausente do discurso de apenas 4 das entrevistas realizadas, sendo interessante a observação de,que, tal como no que diz respeito à escola, também nesse caso há uma série de relações estabelecidas entre a neurologia e a psicologia.

Sem dúvida, uma vez observado esse peso grande da escola e da neurologia como vias que impelem a condução das crianças à clínica psicológica, nada surpreende o fato constatado de estarem as queixas, motivos da procura à clínica, de uma forma ou de outra ligadas àquelas. Entretanto, esse parece um dado inressante, afora os motivos referidos,seja à escola ("dificuldades na aprendizagem, no raciocínio, coordenação motora, concentração, integração com o grupo"...), seja à neurologia ("disritmia, retardo, coordenação motora, agitação"...) muitas das entrevistandas (9) faziam referências a motivos outros, que não tinham ligação aparente com as queixas da escola e/ou da neurologia. Tais motivos, entretanto, parecem assumir uma importância secundária no decurso do tratamento uma vez que não têm força suficiente para impelir a procura a clínica psicológica. Entretanto, fazem-se importantes como medidas para o resultado do

tratamento, o que teremos oportunidade de discutir adiante.

V.2.2 - RELAÇÃO ESCOLA X PSICOTERAPIA

Sendo um tema que muito se evidencia nas entrevistas, a questão da escola enquanto incluída no discurso a respeito da psicoterapia se coloca como importante ponto a ser analisado. O fato de ser responsável pela grande maioria dos encaminhamentos à clínica psicológica proporciona a tal instituição uma posição tal que a faz ser incluída em uma série de suposições acerca do atendimento psicoterápico. Assim é que as informantes passam a estabelecer uma série de relações entre a escola e a psicoterapia, as quais vão ser extremamente esclarecedoras da representação que têm dessa última.

A primeira característica dessa relação parece estar referida ao fato de que, detectando uma problemática na criança, a escola, quando não aponta dificuldades de ordem externa àquelas de caráter cognitivo (tais como dificuldades nas funções psíquicas e/ou orgânicas - crises, dor de cabeça, coordenação motora - ou aquelas que resultam em problemas de conduta agitação, descbediência - ou ainda problemas de ordem familiar - dependência da criança à mãe, "problemas na família") parece abrir o caminho para que tais dificuldades sejam percebidas no ambiente doméstico. Nesse sentido, algumas informantes quando não assumem as queixas da escola como únicas, apontam queixas de caráter similar que podem ser tomadas pura e simplesmente como um reforço da queixa escolar, ou virem acompanhadas de explicação por motivo doméstico.

Dessa forma, Heloísa, cujo filho foi caracterizado, entre outras coisas, como agitado e desobediente pela escola, observa também no comportamento da criança em casa tais sintomas,

dizendo entretanto nunca haver pensado em recorrer a um serviço de psicologia.

De fato, se isso ocorre quando a informante tem uma queixa similar à da escola, ocorre também quando a queixa aparentemente é diversa. Assim, Francisca, cujo filho de 10 anos apresentava-se, segundo a escola, como uma pessoa agitada, "levado", um provocador de brigas na sala de aula e que apresenta dificuldades para aprender e por outro lado era percebido por ela como provocando muito sofrimento por só querer estar na rua, não voltar para casa depois da escola e dormir na casa do vizinho, dos colegas ou "da mulher" vizinha, quando questionada sobre se havia pensado em levar seu filho à psicologia, responde que não.

Então, ao mesmo tempo em que é apontada como principal via de acesso à clínica, a escola ou melhor, as dificuldades por ela apresentadas, são colocadas, direta ou indiretamente como responsáveis pelo(s) motivo(s) do atendimento.

Nesses termos, o atendimento psicoterápico passa a ser percebido como podendo servir a alguns objetivos similares aos da escola, seu decurso devendo proporcionar uma possibilidade de a criança voltar a ser bem sucedida naquela, subentendendo tudo o que a isso poderia estar referido, tal como a possibilidade de um bom emprego no futuro. Assim, Sonia, cujo filho havia abandonado o tratamento, comenta: "eu gostaria que ele tivesse continuado porque agora ele estaria com mais juízo, ele talvez, não sei se eu tô errada, mas eu acho que tô certa, que ele talvez estaria no colégio, estudando direitinho, né?" E reafirma a importância da escola: "mas se eu pudesse estaria estudando também pôxa. Taria com um serviço bom, né?"

E dessa forma, várias analogias vão ser estabelecidas

entre a escola e a psicoterapia, o que vem a se tornar bastante esclarecedor por revelar o quanto a representação daquela última vai sendo construída a partir da representação que têm da primeira.

Um bom exemplo de tais analogias é retirado da entrevista de Creuza a qual, ora nomeia os encontros entre psicólogo e cliente, ora discorre acerca das expectativas, da interrupção do tratamento ou do conteúdo das sessões, comparando com frequência os dois sistemas. Assim, nomeando os encontros, coloca: eu gosto mais de chamar de aula do que de sessão". E sobre a "interrupção": "outra pessoa saberia estudar da mesma forma com ele. Trocaria de instrutor, de professor". E ainda sobre o conteúdo das sessões": "eu acredito que haja uma conversação ... perguntem os gostos ... porque no colégio eles fazem isso".

Interessante também é o caso de Francisca que mesmo sem proceder a qualquer comparação entre os dois sistemas, atrapalha-se quando explica como chegou a PUC: "Bom, eu cheguei lá na PUC a mando do, enviada de outra pe, colégio (...) E então ela achou que, se não dava prá mim levar ele lá nessa escola ali, na Gávea". E ainda quando se refere à psicóloga que lhe atendeu: "Eu falei assim: não, a professora lá, a menina falou prá mim levar ele lá não sei aonde".

E ainda no que diz respeito a tais analogias realizadas pelas informantes, pode-se observar o movimento de algumas na tentativa de pontuarem as diferenças entre a escola e a psicoterapia. Tais diferenças parecem ser estabelecidas enquanto a psicologia, em oposição à escola, que lida com o grupo, é percebida como podendo conceder mais atenção à criança. Assim, Zeneida explicando tal atenção coloca: "Eu acho que ali, que isso é uma atenção, porque a escola passa um dever prá lá, se for preciso a criança faz o que entender (...) E a psicologia não, acho que ela

tem mais chance de ensinar à criança o que tá errado, o que é certo, sabe, é isso o que eu acho".

Dessa forma, não surpreende o fato de as psicólogas serem percebidas como aquelas que avaliam, dão instrução, estudam o cliente, além de conversar, orientar e explicar.

V.2.3 - RELAÇÃO NEUROLOGIA X PSICOTERAPIA

Se a escola vai assumir, na representação que as informantes têm da psicoterapia, uma posição de destaque por detectar e apontar os problemas das crianças, passando a ser tomada como um sistema de referência no qual se guiam para esclarecer determinados pontos da situação psicoterápica que para elas carecem de significado, a neurologia vai também ser usada com esse objetivo nas analogias que vão ser desenvolvidas pelas informantes, principalmente pela sua capacidade de confirmar a existência do problema.

Falando anteriormente da presença marcante da neurologia no discurso das entrevistadas, fizemos referência ao desenvolvimento de uma série de relações entre aquela e a psicologia por parte das informantes.

A primeira característica que vai assumir tal relação está referida ao fato de que as informantes parecem proceder a uma equiparação da neurologia com a psicologia, à medida que as duas lidam com problemas de cabeça, podendo se colocar como alternativas. Nesse contexto, a psicologia vai ser algumas vezes procurada para substituir o tratamento neurológico, quando as informantes deixam de fazer uso dos medicamentos, até então consumidos pela criança. Assim, Georgina pontua: "Então ela encomendou

que eu levasse ele né, ao escritório, prá ver se fosse caso de psicologia, essas coisas, então aí eu fui prá lá (...) aí eu parei com os remédios dele". E Maria Aparecida explica: "Que eu, prá mim eu preferia tratar com psicólogo, né? Ao invés de remédio que falaram prá mim que não era aconselhável ficar dando, tratando ele com remédio".

Se a psicologia pode substituir a neurologia no que diz respeito ao tipo de tratamento que oferece, por sua vez a importância da neurologia vai permanecer em foco mesmo depois que se recorre ao tratamento alternativo da psicologia, visto que é a neurologia e não a psicologia que apresenta às informantes a evidência da problemática da criança e fornece um "diagnóstico", o que parece ser imprescindível para que se perceba a necessidade do tratamento. Assim é que muitas das informantes fazem referência ao eletroencefalograma realizado, que constatou uma "disritmia". Por exemplo, Penha, apesar de haver reconsiderado o problema apresentado pelo filho (que passou a ser visto como consequência de um problema dela), enfatiza em seu comentário o problema supostamente neurológico: "O que meu filho exatamente estava sentindo, tava indo numa coisa que eu estava levando, apesar de ter um probleminha. Sabe, ele tem, deu na chapa que ele fez, deu uma manchinha pretinha na cabeça". E Cacilda confirma a importância da constatação de um problema, mesmo depois de percebida uma modificação (que avaliou como melhora) na sua filha a partir do tratamento na psicologia: Agora ela melhorou, (...) Eu achei que foi desse tratamento, sabe? Inclusive na época eu levei ela ali no Pinel, né? (...) Eu tinha muita vontade de fazer o eletro, até hoje eu tenho vontade de fazer o eletro, da cabeça dela porque a menina disse, pode ter uma disritmia, que isso é certo que ela tem".

Dessa forma, constatados e nomeados os problemas pela neurologia, as informantes, se por um lado concedem a psicologia

o aval para também tratar tais problemas, por outro lado parecem estabelecer uma diferença de nível entre um tipo de ajuda e outro, indicada pela forma do tratamento que cada uma oferece. Nesse sentido, a neurologia, uma vez que permite o controle da doença por meio de medicamento, parece merecer mais crédito do que a psicologia, que utiliza como meio para a cura apenas a "conversa". Estabelecidas essas diferenças, as informantes parecem criar uma outra separação em função do tipo de problemática que um e outro serviço pode alcançar, tornando fracassada a equiparação anteriormente levada a efeito e colocando agora os dois tipos de atendimento em níveis desiguais. Assim, Arlinda mencionando a modificação produzida pelo tratamento da sua filha na psicologia e explicando a recorrência posterior à neurologia, pontua: "Quer dizer, ela melhorou lá em, no, nesses negócios do colégio, mas a crise, esses negócios não melhorou, né? Aquela crise que dava, quer dizer, tem que ser a base de médico mesmo, tomar remédio (...)" E clarifica a separação falando sobre a importância de um retorno da sua filha à psicologia e demonstrando a sua dúvida entre os dois tratamentos: "Mas eu acho que, se ela, ela fazendo esse tratamento, eu acho que vai ser uma boa prá ela (...) E conversar com ela, né? E vai dialogar lá com, com o psicólogo, né? Sei lá. Ou, e, ou então fazer um tratamento, né? Que deve fazer lá também. (...) (tratamento como?). Da cabeça assim, bater "elétrico", tomar remédio".

De fato, parece que a "conversa", se por um lado é vista como saudável, uma vez que não causa danos orgânicos futuros (como pode ser o caso de alguns remédios) e ganha o status de meio utilizado para o tratamento à medida que é colocada como fazendo parte do ofício do psicólogo, por outro lado parece não ser suficiente para conferir à psicologia o status de tratamento sério, tal como a neurologia.

Na realidade, o fato das informantes atribuirem à "conversa" menos eficácia do que ao remédio como meio de tratamento parece caminhar junto com um outro dado, que é a percepção dessa conversa como um meio que pode ser extensivo, isto é, utilizado por outras pessoas e em outras situações, e não exclusivo do psicólogo na situação psicoterápica. Nesse sentido, é interessante observar, por exemplo, o caso de algumas informantes que, havendo deixado o tratamento antes do seu término ou não procurando a instituição de envio, quando encaminhadas, passavam a conceder à conversa uma importância considerável, suficiente inclusive para fazê-las desenvolver o hábito de utilizá-la com os seus filhos em casa. Assim, Francisca, que colocava a sua chateação quando a psicóloga da PUC falava para ela que deveria se dirigir a outra instituição, comenta: "Falei: tá legal. Só falei que levava e não levei não. Tem nada não, seja o que Deus quiser, eu não vou levar mais prá lugar nenhum, eu pensando comigo. Depois cheguei em casa e conversando (...) Aí eu cheguei em casa e peguei a conversar com ele". E Maria Aparecida, falando sobre o fato de haver deixado o tratamento, pontua: "Depois eu parei de tratar e tudo. Mas converso muito com ele, sabe?"

V.2.4 - O "DESCONHECIMENTO" EM CAUSA

O fato de não ser comum a recorrência à clínica psicológica por conta própria parece estar relacionado com um "desconhecimento" do(s) tratamento(s) que pode oferecer e da forma de atuação de tal instituição, o que é apontado de várias formas. Assim, Sonia, quando questionada sobre a possibilidade de recorrer à clínica antes da escola remetê-la àquela, esclarece: "nunca tinha pensado nisso, nunca ninguém me, me instruiu para isso, eu também nunca pensei, entendeu? E Penha, também encaminhada pela escola à clínica, mencionando haver levado o filho em função de uma melhora (que não consegue definir), comenta: "... prá mim

eu não achava muita diferença na, na época eu não achei, por mim se eu tivesse levado ou não levado meu filho era a mesma coisa (...) Eu não tinha uma noção da coisa, certo?"

Em algumas vezes tal desconhecimento parece ser superado já pelo encaminhamento e por poucos contatos com a clínica. Assim, Sonia, cujo filho, depois de frequentar poucas sessões, havia deixado de comparecer à clínica, comenta: "... e depois desse encaminhamento que eu comecei a perceber que aquilo foi o melhor caminho que eu tava seguindo". Outras vezes, é o próprio tratamento e a percepção das mudanças que a partir dele vão ocorrendo que estimula uma compreensão. Assim, Penha esclarece: "Quer dizer, agora eu (...) conforme veio, vem, ele vem melhorando aí eu fui tendo uma ... principalmente agora. Se desse para fazer de novo talvez seria mais aproveitável que naquela época. Porque eu ía entender melhor ainda". Outras vezes ainda, o tratamento e a experiência dele advinda não são suficientes por si sós para levar ao entendimento da situação psicoterápica, sendo outros fatores os responsáveis por tal entendimento. Assim, Maria Aparecida, só depois de haver deixado de comparecer ao tratamento, convivendo no seu ambiente de trabalho com algumas psicólogas é que vai entender a questão da resposta que esperava que a psicóloga lhe fornecesse: "Então agora eu consigo mais entender o lado da psicóloga. Que antes eu não entendia. Eu achava que tinha que dar uma resposta (...) Quer dizer, tanto que agora se eu for eu vou ter mais paciência, eu vou conseguir entender mais, né? Porque eu queria uma resposta mesmo, né?"

A reflexão sobre o desconhecimento referido e a sua superação nos levam a algumas questões que parecem interessantes. Se a princípio tal desconhecimento pode ser traduzido como "falta de informação a respeito" - e aí seria razoável supor, por exemplo, que as informantes não procuram a clínica porque

não sabem da existência da psicologia e consequentemente desconhecem os tratamentos por ela oferecidos - num segundo instante é impossível concebê-lo dessa forma, uma vez que o contato com a clínica e o tratamento em decurso deveriam superar a simples falta de informação. Diante disso então, esse desconhecimento é traduzido como a não compreensão, a dificuldade de entender, o que significa dizer que desconhece-se o sentido de alguns aspectos do tratamento.

De fato, o discurso das informantes parece revelar que a psicoterapia é para elas um sistema estranho, que apresenta uma série de pontos/problemas com os quais elas não estão habituadas e cujo significado elas tentam traduzir, às vezes com sucesso, às vezes sem sucesso. Percebendo tais pontos como bastante esclarecedores para a discussão é que passamos a apresenta-los a seguir, deixando para o final qualquer relação que possa vir a ser estabelecida entre eles e a questão da continuação/abandono no tratamento.

V.2.5 - O ESTRANHAMENTO

Causa estranhamento às informantes a forma como é desenvolvida a relação entre o terapeuta e as crianças, a qual é percebida como exclusiva e sigilosa, retirando qualquer possibilidade de participação materna. Assim, Rosa pontua: "Elas iam com ela lá prá dentro e eu ficava lá fora. É. Eu nunca participava". E Jeanete esclarece: "Eu não sei o que a tia conversava com a A.P. (...) Pediu a A.P. que não comentasse com ninguém(...) nem prá mim o que ela conversasse". A atitude de estranheza é revelada então, quer seja com relação ao lugar onde se dá aquele contato, quer seja com relação ao segredo das informações que são veiculadas no encontro. Nesses termos, o fato de não ter acesso nem ao que se passa, nem ao que é conversado instiga a curiosidade materna, ao mesmo tempo em que leva à falta de entendimento e ao desagra-

do pela não participação. Creuza, por exemplo, coloca o seu descontentamento: "E também é aquele negócio, se eu ia mas não sabia o que estava ocorrendo (...). Nem aquele período que ficávamos ali, eram mais ou menos uns quarenta minutos, eu não sabia o que é que ocorria (...) Eu não sabia o que estava ocorrendo do outro lado, às vezes ele é que me dizia, né?

Um segundo ponto que é relatado com surpresa diz respeito ao "diagnóstico". A não emissão de uma resposta por parte do terapeuta no que diz respeito ao que a criança tem, a não confirmação da existência de um problema e/ou a não explicação do porquê dos problemas provoca ansiedade nas informantes, que passam a se questionar sobre os objetivos do tratamento e a real necessidade de tratar. Assim, Maria Aparecida comenta: "A gente fica ansiosa de ver o resultado, sabe? De ver, sabe? Aí nunca tinha. (...) Eu pensava no problema. Será que ela vai me dizer que realmente tem um problema (...) Aquela coisa mesmo de querer saber, né?"

Em alguns casos, essa expectativa de um relato, de um <u>feedback</u> por parte dos terapeutas, parece dar a impressão de que o tratamento de fato ainda iria começar. Desse modo, Georgina, cujo filho havia passado por um psicodiagnóstico, e que havia frequentado a orientação por 05 meses, coloca: "Porque ... porque a avaliação eu acho que mais, primeiro elas querem saber, né?. os problemas ... e depois é que, né? vai começar".

Algumas vezes com sucesso, algumas vezes sem sucesso as informantes fazem uma analogia com outros sistemas por elas conhecidos, tal como a medicina ou a escola, na tentativa de encontrar um significado para suas expectativas. Assim é que Maria Aparecida pontua: "que eu senti que a psicóloga prá mim tinha que ser igual a um médico, né? E geralmente às vezes também a

gente vai no médico, o médico não diz, né? Prá gente o que é, o que a criança tem": E Creuza associa: "Eu vou na idéia de chegar e conversar com a pessoa, né? certa. E dentro daquela, daquele assunto é, o que eu tô dizendo, ele me dizer, mas junto com ele. De eu participar também. De eu saber o que está programado, o que ele está fazendo, como está, como na escola. Na escola (...) e elas nos relatam o que tá ocorrendo. (...) Então, seria mais ou menos isso que eu queria um relato do olha, tá acontecendo isso, isso e isso, né?"

Não raramente, a ausência de um "diagnóstico" acaba por confundir-se com a falta de um "resultado". Nesse sentido é que as informantes, mesmo sentindo uma mudança na criança, parecem necessitar de uma confirmação do profissional. Desse modo, Creuza comenta: "Uma resposta, coisa que eu não tive. Eu só sentia, né? E Penha pontua: "não, queremos saber, ou seja, de alguma coisa, é, o que é que ela está achando, se ela está achando melhor naquela semana, se concorda que ela tenha reagido".

E às vezes, junto a isso se coloca a falta de prescrição, ou melhor, a necessidade de uma orientação. E é Creuza que conclui: "Então, eu acho, o que eu esperava, vamos dizer da PUC, no caso, né? Os estudos lá. Era a mesma coisa. Uma orientação. É a mesma coisa se você vai no médico (...) Mas o remédio ninguém passou".

Uma outra situação que parece não ser familiar às informantes é aquela do atendimento paralelo que a elas é fornecido. Dessa forma tal atendimento vai ser algumas vezes percebido como desviando a atenção do centro da questão, a criança, para colocá-la na relação materno-infantil. Esse movimento, se para algumas informantes faz sentido, para outras, entretanto, é entendido como dificultando a obtenção dos objetivos do tratamento, os quais dizem

respeito à descoberta de algo na criança (o que ela tem) e a explicação da causa do problema à mãe. Assim, Lúcia, esclarecendo as suas expectativas, coloca: "Sei lá, é, eu pensava outra coisa, assim, que fosse um trabalho só com ele, sabe? Que não fosse comigo também".

Em outras circunstâncias, esse tratamento paralelo é visto como servindo para o confronto entre informações que provêm de diferentes fontes, na busca de uma "resposta certa", as profissionais envolvidas no processo devendo trocar informações entre si e compará-las. Desse modo, Arlinda comenta: "No começo com elas um mês elas me perguntaram várias coisas eu respondia. Depois fizeram as, outras perguntas prá ela prá ver se coincidia uma coisa com a outra. (...) Ela falou vai ser, vai ser entre nós duas o papo de eu com você e com ela vai ser coma outra. Quer dizer, prá não misturar as coisas. (...) Acho que uma passava prá outra, eu não sei como é que é (risos)".

V.2.6 - DISCUTINDO AS DESISTÊNCIAS

É interessante a constatação de que o estranhamento no que diz respeito aos pontos discutidos no item anterior não é privilégio apenas daquelas informantes que deixam de comparecer ao tratamento ou daquelas que, quando encaminhadas, não procuram a instituição para a qual foram enviadas. O fato é que algumas informantes mesmo depois de frenquentarem a clínica psicológica por algum tempo, os filhos já havendo recebido alta, expressam sua falta de compreensão do significado de certos procedimentos. Como Rosa, cuja filha havia passado 4 anos em tratamento: "eu não sabia porque elas ... elas não explicam nada, elas iam com ela lá pra dentro (...) mas eu nunca sabia o que é que era. Bem, até hoje eu ainda não sei o que é que é (...) o que é que trata o que. Comportamento ou, não sei o que é".

Por outro lado, entre aquelas informantes que, de uma forma ou de outra, não estendem o contato com a psicologia, se algumas apenas explicitam o estranhamento sem relacioná-lo com qualquer outro ponto, algumas fazem as associações, às vezes colocando-o como responsável pelo fato de elas haverem deixado de comparecer à clínica. Assim, Creuza é objetiva ao referir-se aos motivos responsáveis por ela haver deixado o tratamento: "Um dos motivos, bem, acho que o principal foi isso, a falta de resposta, né?" E Maria Aparecida, também acerca da questão da "resposta, depois de haver sido informada que o seu filho não tinha nada, apresenta a sua surpresa: "Bom, não tem nada, então não vou levar mais. Porque se tiver ela não vai me dizer nunca e se não tiver ... você tá me entendendo? Se ele não tivesse eu ia ficar tratando ela sem ter nada, né? E se ele tivesse, ela não ia me dizer nunca. Foi isso que eu senti depois, né? Porque ela sendo psicóloga, ela vai falar alguma coisa prá mim? Eu achei que não, né?

A pontuação, pelas informantes, de fatores desse tipo não parece, entretanto, possibilitar o estabelecimento de qualquer relação causa-efeito pura e simples, uma vez que, mesmo se uma associação é realizada por algumas informantes, outros motivos são expostos simultaneamente. Assim é que Maria Aparecida prossegue: "E depois eu senti, eu acho que ela é estagiária, de repente fiquei assim, acho que ela é estagiária e depois ela, não sei se ela ... sabe?".

De fato, a análise da questão da "desistência" parece apresentar uma grande complexidade, sendo vários os fatores apontados e estando intrinsecamente relacionados com as particularidades de cada caso. A pontuação de tais estranhamentos, no entanto parece possibilitar alguma luz à questão, visto que abre um capara as reflexões.

V.2.7 - RESUMINDO O ENCONTRADO

Considerando os pontos que se fizeram relevantes no discurso das entrevistadas e assumindo que possam se colocar como esclarecedores da representação que elas têm da psicoterapia infantil, é possível entender tal representação como:

1. Intrínsecamente ligada a duas práticas comuns à informantes, a escola e a neurologia, as quais são tomadas como sistemas de referência, nos quais elas vão se guiar na tentativa de compreender e tornar razoáveis para si alguns pontos da situação psicoterápica. Assumindo posições de destaque no discurso a respeito da psicoterapia infantil — a escola por detectar e a neurologia por confirmar a problemática que as leva à clínica psicológia — tais práticas ou serviços parecem servir de base para uma série de suposições que as informantes vão formulando no seu contato com a psicologia. Assim, a psicoterapia passa a ser percebida, ora como podendo servir a alguns objetivos similares àqueles da escola, ora como tratamento alternativo àquele oferecido pela neurologia.

Sendo percebida como podendo servir a alguns objetivos similares aos da escola, a psicoterapia deve proporcionar o reajuste da criança naquele sistema, subentendendo-se o que a isso está referido, como por exemplo, a possibilidade de um bom emprego no futuro.

Enquanto tratamento alternativo àquele oferecido pela neurologia, a psicoterapia diferencia-se pelos meios que utiliza para alcançar seus objetivos, entre os quais se destaca para as informantes a "conversa", que é percebida como extensiva, e não exclusiva do psicólogo e da situação psicoterápica. Nesses termos, o atendimento psicoterápico alcança apenas problemáticas

específicas, menos sérias do que aquelas que devem ser tratadas pela neurologia.

Dessa forma, a psicoterapia vai ser concebida enquanto mediada por essas duas práticas, isto é, no meio termo entre uma prática educativa e uma prática de saúde, sendo os seus objetivos colocados por extensão àqueles de tais práticas.

2. Trazendo no seu bojo a concepção de um serviço que apresenta alguns pontos estranhos, os quais, carecendo de significado para as informantes, ora são traduzidos a partir de referenciais a elas familiares, ora aceitos sem uma compreensão de fato, podendo, finalmente, serem vistos como responsáveis por uma interrupção do atendimento.

Nesses termos é que, tanto a forma como é desenvolvida a relação entre o terapeuta e as crianças, quanto a ausência de um diagnóstico, um resultado ou uma orientação, e ainda o atendimento paralelo que a elas é oferecido, podem ser tomados como contribuindo para o distanciamento das informantes de tal prática.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÃO

Diante de toda a relevância que hoje é dada as diferenças culturais entre classes sociais, qualquer trabalho que se proponha discutir questões que envolvam a realidade de indivíduos de outra classe social que não a do pesquisador depara-se com a necessidade de proceder a um estudo que considere tais diferenças.

À medida que nos colocamos em contato com a discussão sobre o atendimento psicoterápico infantil às classes populares, assim como esse, alguns outros pontos foram se tornando claros e algumas questões foram sendo automaticamente inseridas na discussão.

É assim que, depois de havermos estabelecido o contato com os estudos sobre o atendimento psicoterápico que consideravam fatores de classe social, terminamos por nos voltar para trabalhos que se propunham discutir a questão do fracasso escolar, que atinge principalmente crianças de uma população de baixa renda.

As duas questões, a do atendimento psicoterápico às classes populares e aquela do fracasso escolar se apresentam como possuindo vários pontos comuns, ambas havendo passado por processos de transformação que as fez perceber uma descontinuidade entre alguns fatores culturais específicos da população em causa e características próprias dos "sistemas" estudados.

No mais, ambas as discussões se fizeram imprescindíveis à medida que o nosso estudo voltava-se para a psicoterapia in

fantil, abrangendo assim uma população em idade escolar.

Os estudos já apontavam uma convergência entre o sistema escolar e um "sistema" psicoterápico, enquanto se recorria ao segundo como forma de reparar ou socorrer problemas que ocorrem no primeiro. As crianças de classes populares, não raramente vistas como desadaptadas ao processo escolar parecem ser tidas como necessitando de ajúda e encaminhadas a clínicas psicológicas, onde supostamente deveriam receber um tratamento que objetivasse torná-las hábeis para inserir-se sem grandes dificuldades naquele processo.

Os resultados da nossa investigação - apontando que a representação da população estudada acerca da psicoterapia encontra-se mediada por duas práticas, a escola e a neurologia, o tratamento podendo ser percebido, ora como podendo servir a alguns objetivos similares àqueles da escola, ora como alternativos àquele oferecido pela neurologia - no que diz respeito à questão da escola parecem não contrariar os pressupostos da literatura científica, aumentando a fragilidade da questão à medida que denuncia a assimilação daqueles pressupostos pelas informantes.

Tal representação aponta também para a importância do estudo do atendimento psicoterápico infantil com a consideração da questão da neurologia e tudo o que a ela se impõe.

Um aspecto que parece de suma importância na representação que as informantes têm de psicoterapia é aquele que diz respeito aos pontos percebidos como estranhos pelas mesmas. Sugere-se que uma atenção sobre eles apresenta grandes probalidades de tornar-se fértil, podendo conduzir a quebra de alguns obstáculos que se colocam no processo tal como ele é desenvolvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, S.R.P. Do outro lado do muro: estudo da representação da doença mental em uma população favelada do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, UFRJ, dissertação de Mestrado, 1982.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo, São Paulo, Martins Fontes, 1979.

BARROS, A.A.S. et al. - Rocinha, mães e vidas - Depoimento, Rio de Janeiro, UNICEF, 1985.

BERNSTEIN, B. Education cannot compesate for society, in Cosin et al. (edit.) School and Society, Londres, Routledge e Kegan Paul, 1977.

_____. Classe social, sistemas de fala e psicoterapia, Em Figueira, S.A. (org) Psicanálise e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

BIRMAM, J. e FREIRE, J.S.R. Organização de instituição para uma psiquiatria comunitária. Relatórios e Resumos do 2º Congresso de Psicopatologia da Infância e da Adolescência, 14-18, abril/1976.

BOLTANSKI, L. Prime éducation et morale de classe. Paris, Mouton, 1977.

BURGESS, R.G. - In the field - an introduction to field Research, London, George Allen e Unwin, 1984.

CARRAHER, T. N. et al. Na vida dez; na escola zero. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (42): 79-86, agosto, 1982.

CARRAHER, T.N. e SCHLIEMANN, A.D. Fracasso escolar: uma questão social. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (45):3-19, maio, 1983.

COLE, N.J. et al. Some relationships between social class and the practice of dinamic psychotherapy. American Journal of Psychiatry, 118 (11): 1004-12, 1962.

COSTA, J.F. e colab. Algumas reflexões sobre um projeto alternativo de psicoterapia. Cadernos de Psiquiatria Social, 3 (2): 11-13, 1984.

DA MATTA, R. Trabalho de campo, Em Relativizando: uma introdução à antropologia social, Petrópolis, Vozes, 1981,, p.143-202.

DUARTE, L.F.D. Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1986.

DUMONT, L. Homo hierarchicus - ensayo sobre el sistema de castas, Madrid, Aguilar, 1970.

DURKHEIM. Sociologia e Filosofia, Rio de Janeiro, Forense, 1970.

FIGUEIRA, S.A. Relativização da doença orgânica: diferentes representações sociais (questões para uma psicologia preventiva). Infância e Adolescência, VI, partes 3/4, 1975.

FIGUEIRA, S.A. A "representação social" da psicanálise. Em Figueira, S.A. (org) Psicanálise e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

FIGUEIREDO, M.C. e SCHVINGER, A.A. Estratégia de atendimento psicológico institucional a uma população carente. Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da PUC/RJ: uma prática em debate, Série Estudos-PUC/RJ, nº 10, Rio de Janeiro, PUC/RJ, 1982.

HERZLICH, C. La représentation sociale. In Moscovici, S. Introduction à la psychologia sociale. Paris. Larousse, 1972.

HOLY, L. e STUCHLICK. M. - Actions, norms and representations - foundations of anthropological inguiny. Cambridge University Press, Cambridge, 1983.

JONES, E. Social class and Psychotherapy: a critical review of research. Psychiatry, 37, nov/1974.

LABOV, W. The logic of nonstandard english, in Keddie, N. (edit) Tinker, tailor... the myth of cultural deprivation, Londres Penguim, 1969.

LESER DE MELLO, S. Psicologia e Profissão em São Paulo, São Paulo, Editora Ática, 1978.

LO BIANCO, A.C. Concepções de família em atendimentos psicológicos fora do consultório: um estudo de caso, Em Velho, G. e Figueira, S.A. (cord) Família, Psicologia e Sociedade, Rio de Janeiro, Campus, 1981.

LO BIANCO, A.C. - Serviços de psicologia aplicada - relação expectativa/efetividade em grupos de baixa renda, Projeto de Pesquisa, mimeo, 1986.

LÓPEZ, M.A. Características da clientela de clínicas-escola de psicologia em São Paulo. Arquivos Brasileiros de Psicologia 35/1): 78-92, jan/março, 1983a.

_____. Considerações sobre o atendimento fornecido por clínicas-escola de psicologia. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 123-35, ab/jun, 1983b.

MOSCOVICI, S. A representação social da psicanálise, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MOURA e SILVA, L.M.N. Fábricas de esperança: ideologia e representações sociais do desenvolvimento no nordeste, Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, 1978.

NICOLACI DA COSTA, A.M. "Privação cultural", "privação linguística" e família. Em Velho, G. e Figueira, S.A, (coord) Família, Psicologia e Sociedade, Rio de Janeiro, Campus, 1981.

_____. Sujeito e cotidiano, um estudo da dimensão psicológica do social, Rio de Janeiro, Campus, 1987.

OCampo, M.L.S Y colab. Las técnicas proyectivas y el proceso psicodiagnóstico, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1979, tomo I.

PATTO, M.H.S. Introdução à psicologia escolar, São Paulo, T.A. Queiroz, 1986.

PETTIT, I. et. al. Relationships between values, social class and duration of psychoterapy. Journal of Consulting and Clinical Psychology, 42(4): 482-90, 1974.

POTTER, J. and WETHERELL, M. Discourse and social psychology: beyond attitudes and behaviour, London, Sage Publications, 1987.

ROCHA, E.P.G. O que é etnocentrismo, São Paulo, Brasiliense, 1984.

ROPA, D. e DUARTE, L.F.D. Considerações teóricas sobre a questão do "atendimento psicológico" às classes trabalhadoras. Em Figueira, S.A. (org) Cultura da Psicanálise, Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.

SALEM, T.M. Mulheres faveladas: "com a venda nos olhos", Em Perspectivas Antropológicas da Mulher 1, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, 49-99.

SCHNEIDER, D. "Alunos excepcionais": um estudo de caso de desvio. Em Velho, G. (org) - Desvio e divergência: uma crítica da patologia social, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

SCHOENFELDT, B.K. e LONGHIN, M.I. Motivos de consulta a um centro de orientação infantil em São Paulo. Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, 11(3/4): 65-66, jul/dez, 1959.

SCHULTZ, A. (1944), The stranger: an essay in social psychology. American Journal of Sociology, vol XLIX, nº 6.

SELLTZ, C. et. al. Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais, São Paulo, E.P.U., Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SIGELMMAN, E. Tipos de Pesquisa: aspectos metodológicos específicos, Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 36(3): 141-155, jul/set, 1984.

SOUZA, L. de - A saúde e a doença no dia-a-dia do povo. Cadernos do CEAS, nº 77. jan/fev, 1982.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da PUC/RJ, e aprovada pela Comissão Julgadora, formada pelos seguintes professores:

PROFª ANNA CAROLINA LO BIANCO (ORIENTADORA)
DEPTº PSICOLOGIA - PUC/RIO

PROFª ESTHER ARANTES
DEPTº PSICOLOGIA - PUC/RIO

PROFª ANA MARIA NICOLACI
DEPTº PSICOLOGIA - PUC/RIO

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 01/11/1988.

PROFª MARIA HELENA NOVAES MIRA
Coordenadora dos programas de Pós-Graduação do
CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS